

BOLETINS PED SETORIAIS:
TRABALHO NO COMÉRCIO, CONSTRUÇÃO CIVIL E NA SAÚDE

Meta C. Aprimorar sistema de divulgação e disponibilização das informações
C3. Organização da linha editorial Sistema PED
C 3.2 Elaborar e divulgar Boletim PED setorial para 03 setores

Convênio MTE/SPPE/CODEFAT N°. 092/2007 – DIEESE e Termos Aditivos

2010

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Trabalho e Emprego

Carlos Roberto Lupi

Secretário de Políticas Públicas de Emprego

Ezequiel Souza do Nascimento

Diretor do Departamento de Emprego e Salário - DES

Rodolfo Peres Torelly

Coordenadora Geral de Emprego e Renda - CGER

Sandra Elisabeth Lage Costa

Ministério do Trabalho e Emprego
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE
Esplanada dos Ministérios Bl. F Sede
3º Andar-Sala 300
Telefone: (61) 3317-62641
Fax: (61) 3317-8216
CEP: 70059-900
Brasília - DF

Obs.: os textos não refletem necessariamente a posição do Ministério do Trabalho e Emprego.

Direção Sindical Executiva

Tadeu Morais de Sousa – Presidente

STI Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de São Paulo Mogi e Região - SP

Alberto Soares da Silva - Vice-presidente

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

João Vicente Silva Cayres – Secretário

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Ana Tércia Sanches – Diretora

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Antônio de Souza – Diretor

STI Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Carlos Donizeti – Diretor

Fed. dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Josinaldo José de Barros – Diretor

STI Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

José Carlos Souza – Diretor

STI de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Mara Luzia Feltes – Diretora

Sind. dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Maria das Graças de Oliveira – Diretora

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa – Diretor

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Pedro Celso Rosa – Diretor

STI Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Zenaide Honório – Diretora

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Ademir Figueiredo – Coordenador de Estudos e Desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais

Francisco José Couceiro de Oliveira – Coordenador de Pesquisas

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Rua Ministro Godói, 310 – Parque da Água Branca – São Paulo – SP – CEP 05001-900

Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394

E-mail: en@dieese.org.br

<http://www.dieese.org.br>

Ficha Técnica

Coordenação do projeto

Clemente Ganz Lúcio – Responsável Institucional

Francisco José Couceiro de Oliveira – Coordenador de Pesquisas

Sergio Eduardo Arbulu Mendonça – Coordenador do Sistema PED

Rosana de Freitas - Coordenadora Administrativa e Financeira

Mônica Aparecida da Silva – Supervisora Administrativa e Financeira de Projetos

Sirlei Márcia de Oliveira – Supervisora Técnica de Projetos

Lucia dos Santos Garcia – Assessora da Coordenação do Sistema PED

Joana Cabete Biava – Apoio técnico

Equipe Regional PED's¹

Apoio

Equipe administrativa do DIEESE

Entidade Executora

DIEESE

Consultores

Ana Flávia Machado

Fundação SEADE

Financiamento

Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE

¹ Outros profissionais que não foram citados se envolveram na execução das atividades previstas no plano de trabalho do projeto.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
ANEXO - BOLETINS PED SETORIAIS: TRABALHO NO COMÉRCIO, TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL E TRABALHO NA SAÚDE	8

APRESENTAÇÃO

O Projeto “Consolidação do Sistema Estatístico PED e Desenho de Novos Indicadores e Levantamento”, constituído no âmbito do Convênio MTE/SPPE/CODEFAT 092/2007 e Termos Aditivos, tem como objetivo principal consolidar o Sistema PED como base estatística do Sistema Público de Emprego. A fim de alcançar este objetivo, as atividades contempladas no projeto estão divididas em 05 grandes grupos:

- Fortalecimento da coordenação e articulação do Sistema PED;
- Investimento no desenvolvimento metodológico e o aperfeiçoamento das condições operacionais da PED;
- Aprimoramento do sistema de divulgação e disponibilização das informações;
- Desenvolvimento de novos indicadores de apoio às políticas públicas;
- Estímulo à expansão do Sistema PED.

O presente relatório apresenta os **Boletins PED Setoriais**, relativos ao Trabalho no Comércio, na Construção Civil e na Saúde, que seguem anexados. Esta atividade está inserida no objetivo geral C “Aprimorar Sistema de Divulgação e Disponibilização das Informações” e objetivo específico C2. “Organização da linha editorial Sistema PED”.

O objetivo dos Boletins PED Setoriais é apresentar de forma sintética e regular as principais informações disponíveis para determinados setores de atividade investigados pela PED, de forma a subsidiar o Movimento Sindical e os formuladores de Políticas Públicas nas suas ações setoriais. Eles foram elaborados pela equipe técnica do DIEESE, alocada nas PEDs ou nas subseções em sindicatos de cada setor analisado. Para isso, foram realizadas uma série de reuniões ao longo do ano, para discutir o tema, o plano tabular e os resultados de cada boletim.

Em 2009, foi dada continuidade ao **Boletim do Trabalho no Comércio**, iniciado em 2008 e que se consolidou em três boletins por ano: um que trata de aspectos estruturais do setor, um temático e um relativo à conjuntura do final do ano, caracterizada por forte sazonalidade. Já o **Boletim Trabalho e Construção**, que teve sua primeira edição em 2009, deve ser publicado duas vezes ao ano, tratando de questões estruturais e conjunturais. Por fim, o **Boletim Trabalho na**

Saúde, em virtude da menor disponibilidade de amostra para desagregações, só será divulgado uma vez ao ano.

Entre novembro de 2008 e dezembro de 2009 foram elaborados 6 Boletins PED Setoriais, conforme temas e datas de divulgação descritos no quadro a seguir:

Boletim	Divulgação	Tema
Boletim Trabalho no Comércio (Ano 1. Nº 2)	Dezembro de 2008	A Ocupação no Comércio no Final do Ano
Boletim Trabalho no Comércio (Ano 1. Nº 3)	Maio de 2009	O Jovem Comerciante: Trabalho e Estudo
Boletim Trabalho no Comércio (Ano 2. Nº 4)	Agosto de 2009	A Informalidade no Comércio
Boletim Trabalho e Construção (Ano 1. Nº1)	Setembro de 2009	Crescimento da ocupação na Construção Civil (1998/2008)
Boletim Trabalho e Construção (Ano 1. Nº2)	Setembro de 2009	Impacto da crise na Construção Civil (1º sem 2008/1º sem 2009)
Boletim Trabalho na Saúde (Ano 1. Nº 1)	Dezembro de 200	O Trabalho na Saúde (1998-2008)

Seguem em anexo na íntegra os seis Boletins PED Setoriais.

ANEXO
BOLETINS PED SETORIAIS

TRABALHO NO COMÉRCIO
TRABALHO E CONSTRUÇÃO
TRABALHO NA SAÚDE

boletim **Trabalho no COMÉRCIO**

Ano 1 - nº 2 - dezembro 2008

DIEESE DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

A OCUPAÇÃO NO COMÉRCIO NO FINAL DO ANO

O período de festas (Natal e Ano Novo) e o pagamento do 13º salário provocam o aumento das vendas do Comércio no final do ano, elevando a contratação. Cientes desse movimento sazonal da ocupação, muitas pessoas, dentre elas estudantes, desempregados e donas-de-casa, buscam oportunidade de trabalho na tentativa de ganhar renda ou mesmo de conseguir uma efetivação.

*Analisar a evolução e a qualidade da ocupação no Comércio principalmente no final do ano é o objetivo do segundo Boletim da série **Trabalho no Comércio**, elaborado pelo DIEESE, com vistas a divulgar estudos periódicos sobre o mercado de trabalho no setor. Os dados utilizados são da Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada pelo convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e parceiros regionais no Distrito Federal e nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo para os anos de 2004 a 2007.*

A DINÂMICA DA OCUPAÇÃO NO COMÉRCIO METROPOLITANO

O comércio é um dos primeiros setores de atividade a refletir as flutuações no nível de atividade, uma vez que está atrelado a maior disponibilidade de renda. Atualmente, o Comércio responde, na média das regiões pesquisadas pela PED, por cerca de 16% do total de ocupados, o mesmo percentual observado na Indústria, inferior apenas ao setor de Serviços (54%).

Com a aproximação das festas de fim de ano (Natal e Ano Novo) e com o pagamento do 13º salário o Comércio brasileiro se prepara para atender o aumento das vendas, elevando seus estoques e criando novos posto de trabalho.

Para os que estão desempregados e para os que se encontram fora do mercado de trabalho (inativos), este é um período oportuno para conseguir uma ocupação mesmo que temporária, renda extra ou, efetivação no emprego.

A ampliação do contingente de empregados no Comércio também ocorre em outras datas comemorativas como o Dia dos Pais, Dia das Crianças e Dia das Mães, sendo este considerado o segundo melhor em vendas após o Natal. Outros fatores

relacionados à cultura regional e que estimulam o turismo local, como por exemplo, o Carnaval nas regiões de Salvador e Recife, impactam positivamente na ocupação do setor.

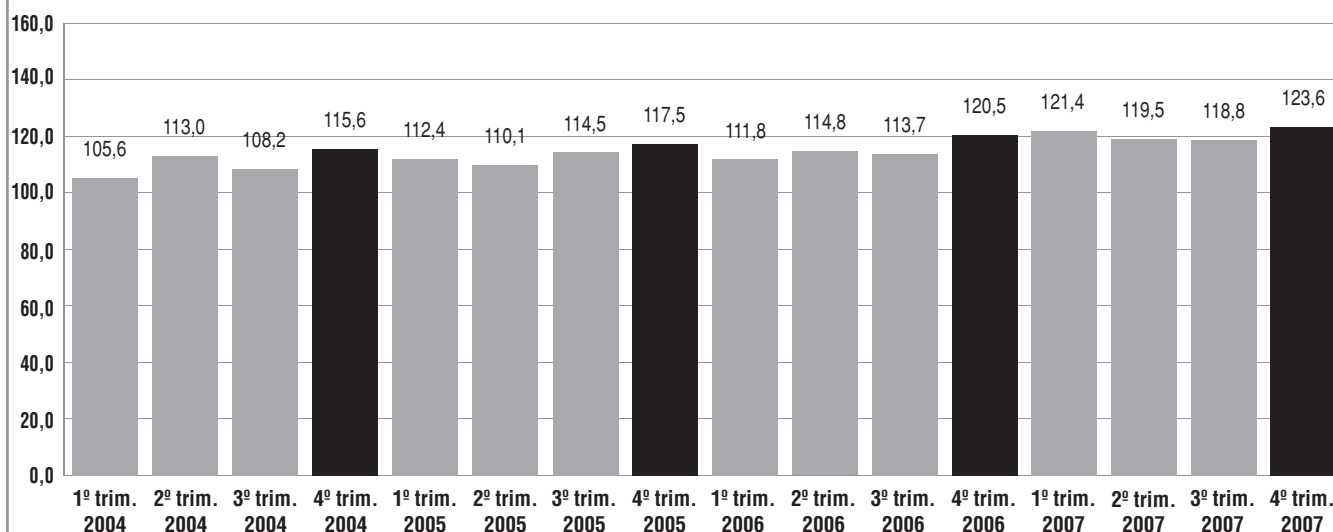
No entanto, a dinâmica de contratação no setor está relacionada a dois elementos econômicos fundamentais: a massa de rendimentos e a disponibilidade de crédito, pois impulsionam as vendas e, conseqüentemente, estimulam as contratações para o setor. Entre 2004 e 2007, a massa de rendimentos cresceu, no conjunto das regiões, cerca de 18%. Isso impactou no emprego no Comércio, que aumentou 13,9%, pouco mais que o aumento da ocupação em todos os setores, de 13,7%, no período em análise.

Os dados mostram que o último trimestre do ano, de fato, consiste num período de elevação do nível de ocupação no Comércio. Na comparação com o trimestre imediatamente anterior, a ocupação cresceu na média das regiões: 6,9% em 2004, 2,6% em 2005; 6,0% em 2006 e 4,0% em 2007 (Gráfico 1, ver pág. 2).

Nas regiões analisadas, o crescimento verificado no nível de ocupação do Comércio entre 2004 a 2007 foi expressivo em Belo Horizonte (24,5%), Salvador (23,5%), Distrito Federal (22,5%), Porto Alegre (17,8%) e São Paulo (12,1%) e menor em Recife (3,2%).

Gráfico 1
Índice de ocupação no comércio
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – Jan/2004 - Dez/2007

(em número índice)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

OBS.: a) Considerando-se as seis Regiões Metropolitanas pesquisadas e Distrito Federal

b) Base do índice = média de 2000

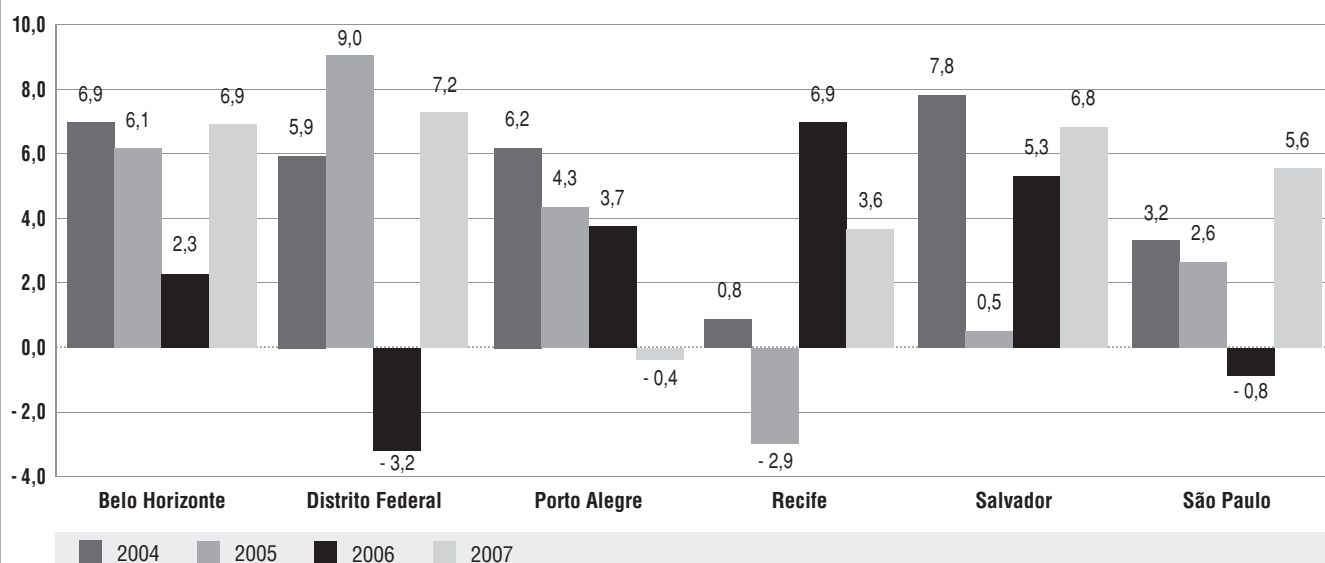
No entanto, entre um ano e outro, verifica-se que as variações se deram de forma diferenciada nas regiões. Foi constatada diminuição da ocupação em Recife em 2005; no Distrito Federal e em São Paulo, em 2006; e em Porto Alegre, em 2007 (Gráfico 2).

O padrão de comportamento da ocupação

no Comércio em todas as regiões apresenta forte sazonalidade, expressa pela elevação relativa de postos de trabalho gerados no último trimestre do ano, salvo raras exceções. Percebe-se também que em alguns anos, a contratação cresceu mais no terceiro trimestre, como, por exemplo, em 2007, nas regiões de Porto Alegre e Belo Hori-

Gráfico 2
Variação anual da ocupação no Comércio
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2004 a 2007

(em %)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

zonte, indicando uma antecipação da contratação (Gráfico 3).

No caso de São Paulo, Recife e Belo Horizonte, houve ampliação da ocupação também no primeiro trimestre do ano de 2007 (comparado ao último de 2006), com indícios de que as liquidações feitas nos meses de janeiro e fevereiro mantiveram aquecido o nível de atividade do setor, justificando o aumento na contratação.

Dado que há aumento de vagas no final do ano e que o Comércio tende a ser a porta de entrada para milhares de pessoas no mercado de trabalho, é importante investigar se estes postos de trabalho gerados no último trimestre são formais ou não.

COMO SE CONTRATA NO COMÉRCIO NO FINAL DO ANO

Entre 2004 e 2007, o impacto do crescimento econômico no mercado de trabalho como um todo não foi apenas o da elevação da oferta de ocupações, mas, principalmente, o de ampliação

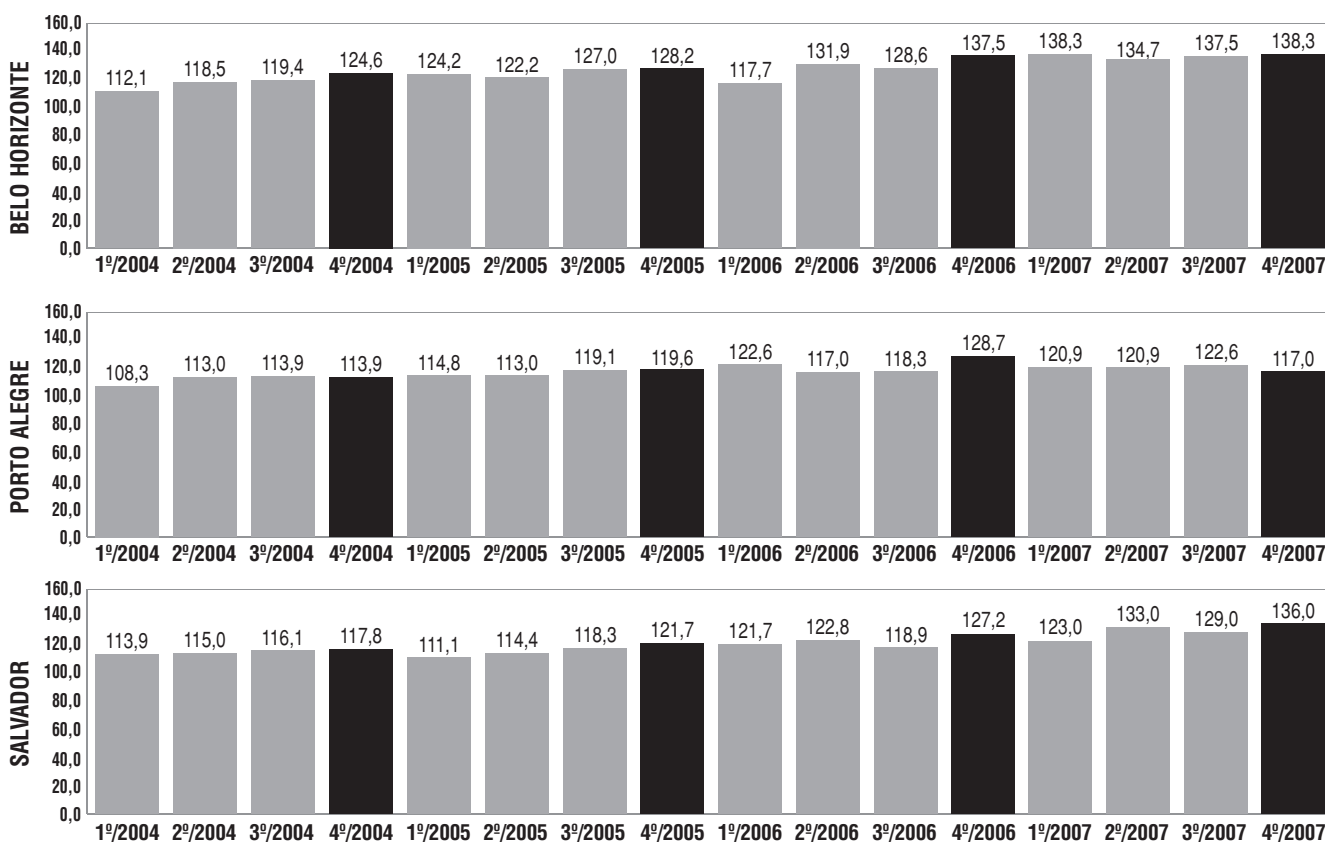
da formalização da contratação. E isso se refletiu também no Comércio.

Para examinar a qualidade das contratações no Comércio, principalmente no final do ano, os ocupados no setor foram divididos em dois tipos: contratados na “modalidade padrão”, que corresponde aos empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada; e contratados “à margem da modalidade padrão”, que agrega os empregados do setor privado sem carteira de trabalho assinada, os assalariados subcontratados (trabalha em firma/empresa diferente da que lhe paga), e os autônomos que trabalham para uma empresa.

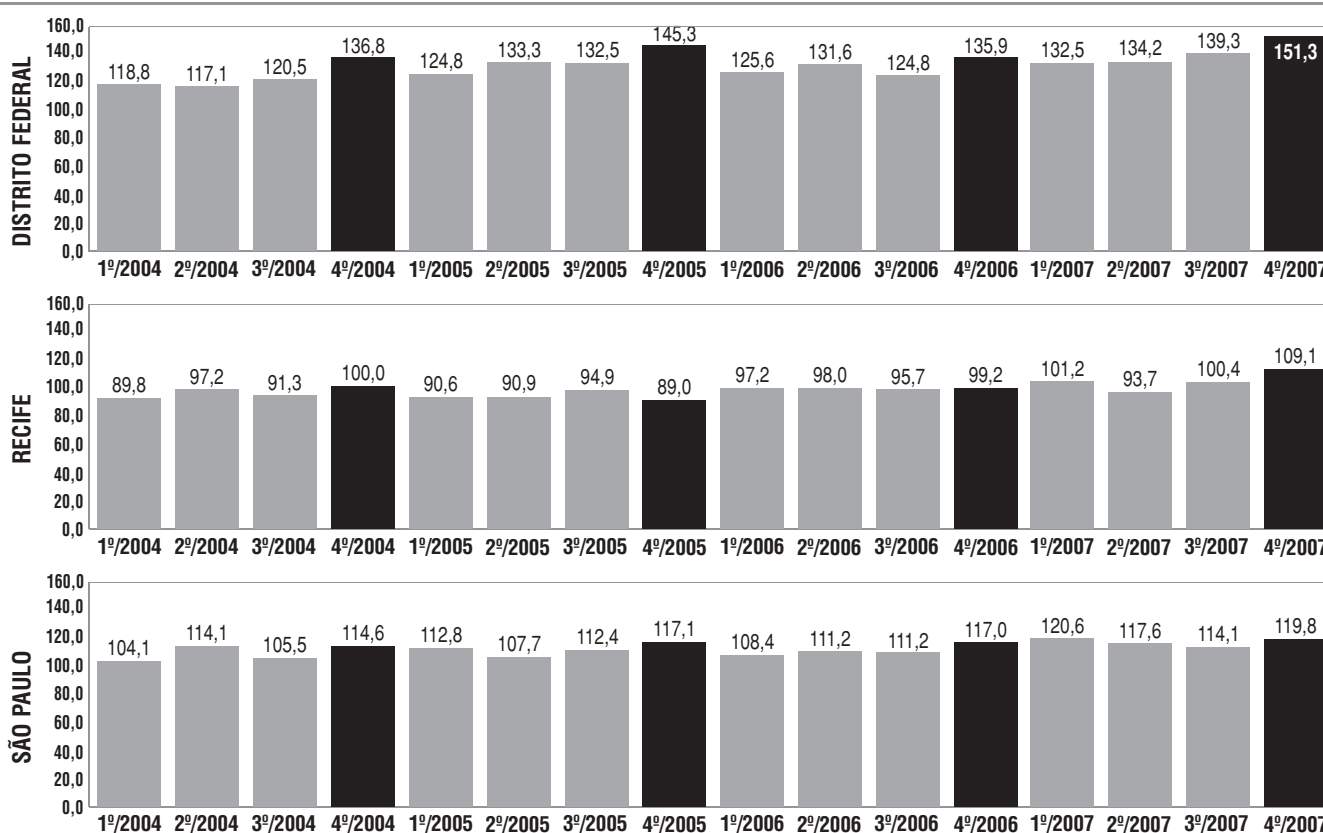
Em todas as regiões da pesquisa, entre 2004 e 20007, houve redução da proporção de contratações precárias e aumento das contratações com carteira de trabalho assinada no período em análise (Gráfico 4, ver pág. 5). Em 2004 e 2005, o crescimento do nível de ocupação à margem da modalidade padrão, em termos relativos, era semelhante ao da contratação formal. Nos dois anos

Gráfico 3
Índice da ocupação no Comércio por trimestre
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – Jan/2004 - Dez/2007

(em número índice)



continua ►

Gráfico 3 (conclusão)**Índice da ocupação no Comércio por trimestre****Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – Jan/2004 - Dez/2007****(em número índice)**

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Obs.: Base do índice = média de 2000

seguintes, a ampliação relativa do emprego com carteira superou a dos contratados à margem, indicando maior formalização no Comércio.

Já a comparação da variação do quarto com o terceiro trimestre, para os quatro anos analisados revela que foram mais frequentes percentuais maiores nas contratações à margem da modalidade padrão do que nas daqueles contratados formalmente. (Gráfico 5a e 5b, ver pág. 6).

Em 2007, por exemplo, o aumento das contratações de trabalhadores à margem superou a dos contratados na modalidade padrão nas regiões de Belo Horizonte (13,0% contra 2,1%), Porto Alegre (14,7% contra -9,8%), Recife (11,5% contra 4,0%), São Paulo (4,6% contra 1,2%). Já no Distrito Federal e em Salvador, as contratações à margem da modalidade padrão foram menores do que com carteira: 3,7% contra 12,5%, e de -10,0% contra 13,5%, respectivamente.

Por fim, é importante destacar que a geração de empregos e o processo de formalização das contratações ocorridos na economia, em geral, também se refletiram no Comércio, reduzindo a intensidade de crescimento da contratação à margem da modalidade padrão. Entre 2004 e 2007, o aumento dos contratados com carteira foi bastante significativo em relação àqueles em situação mais vulnerável em todas as regiões: Belo Horizonte (34,5% contra -1,9%), Distrito Federal (37,5% contra 0%), Porto Alegre (16,5% contra 5,4%), Recife (30,0% contra 3,6%), Salvador (55,3% contra -7,7%) e, finalmente, São Paulo (31,4% contra 0,6%).

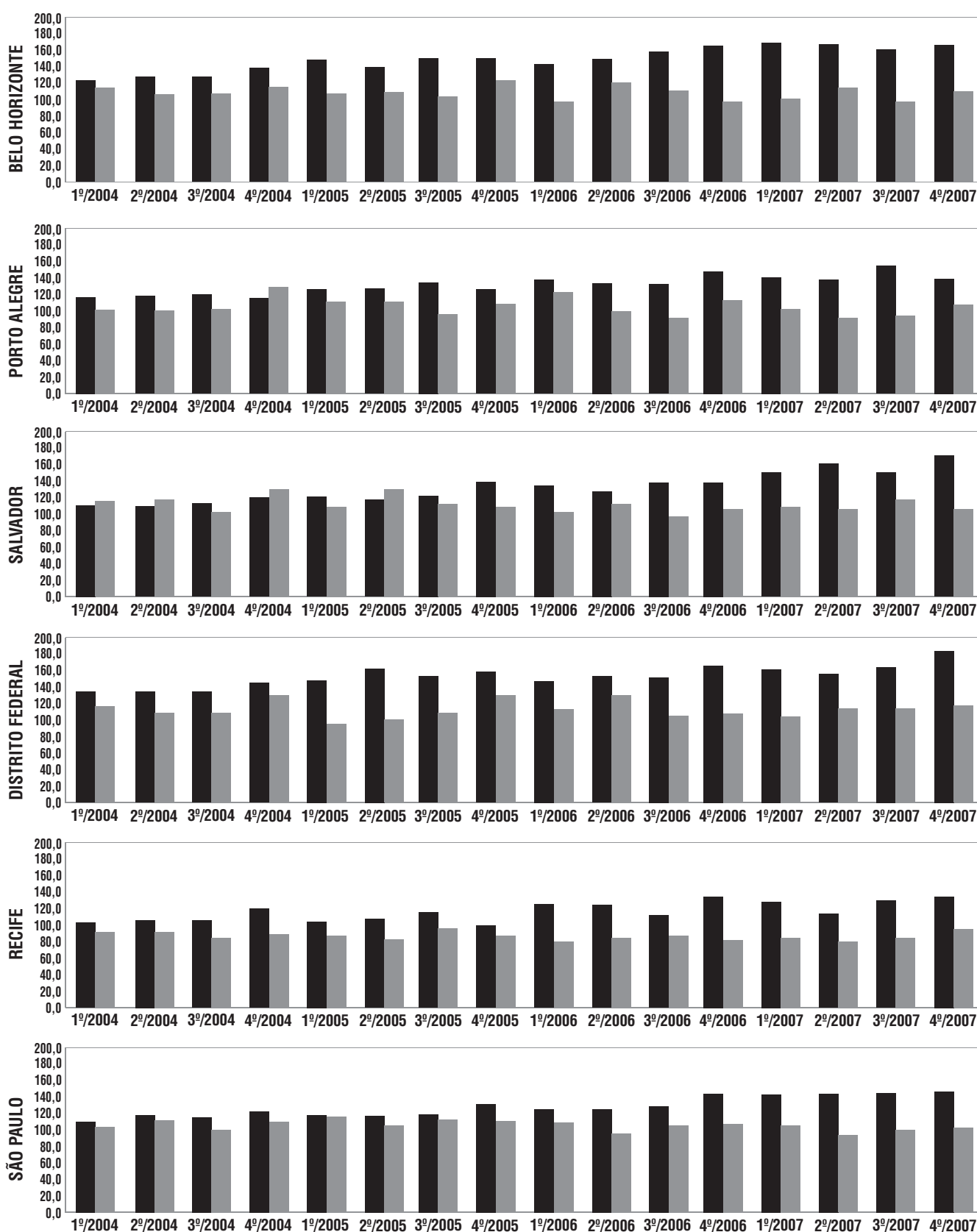
No entanto, no final do ano, período em que mais crescem as contratações neste setor, para atender o aumento da demanda, os contratos à margem da modalidade padrão ainda são superiores aos formais.

Gráfico 4

Índice dos ocupados no Comércio por trimestre segundo modalidade de contratação

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – Jan/2004 - Dez/2007

(cor preto = modalidade padrão⁽¹⁾ / cor cinza = à margem modalidade padrão⁽²⁾)



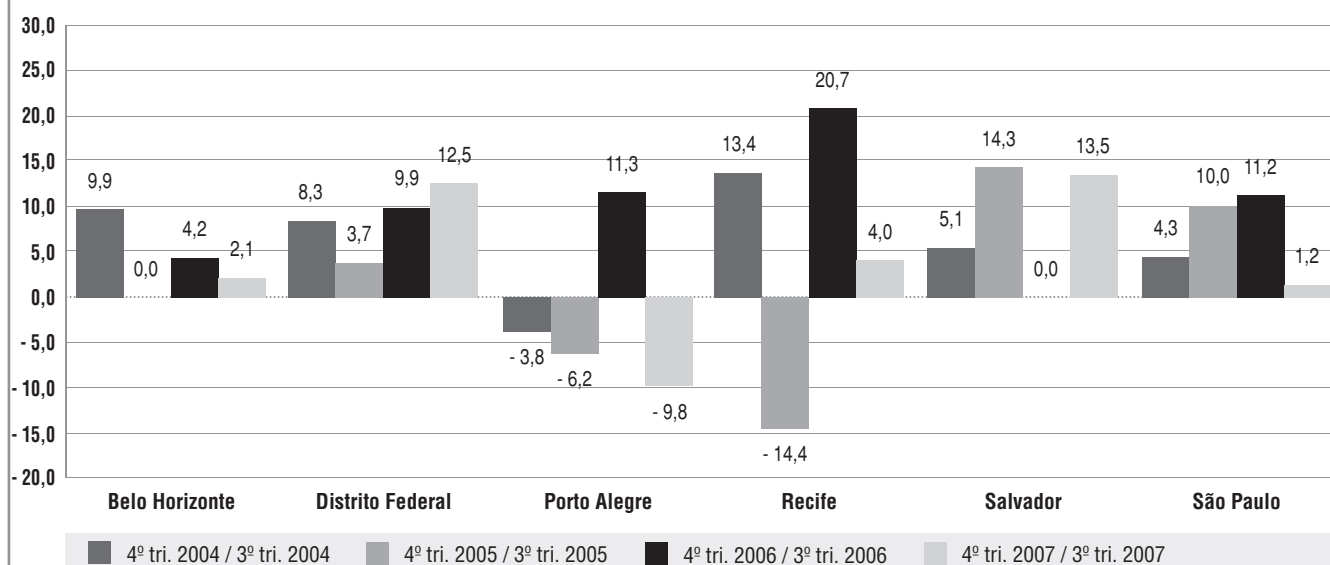
Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. Elaboração: DIEESE

Notas: (1) São os empregados com carteira assinada, pelo setor privado; (2) São os empregados sem carteira assinada, pelo setor privado; os assalariados subcontratados; e os autônomos que trabalham para uma empresa. Obs.: Base do índice = média de 2000

Gráfico 5a

Varição do último trimestre em relação ao trimestre anterior dos contratados na modalidade padrão ⁽¹⁾ no Comércio
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2004 a 2007

(em %)



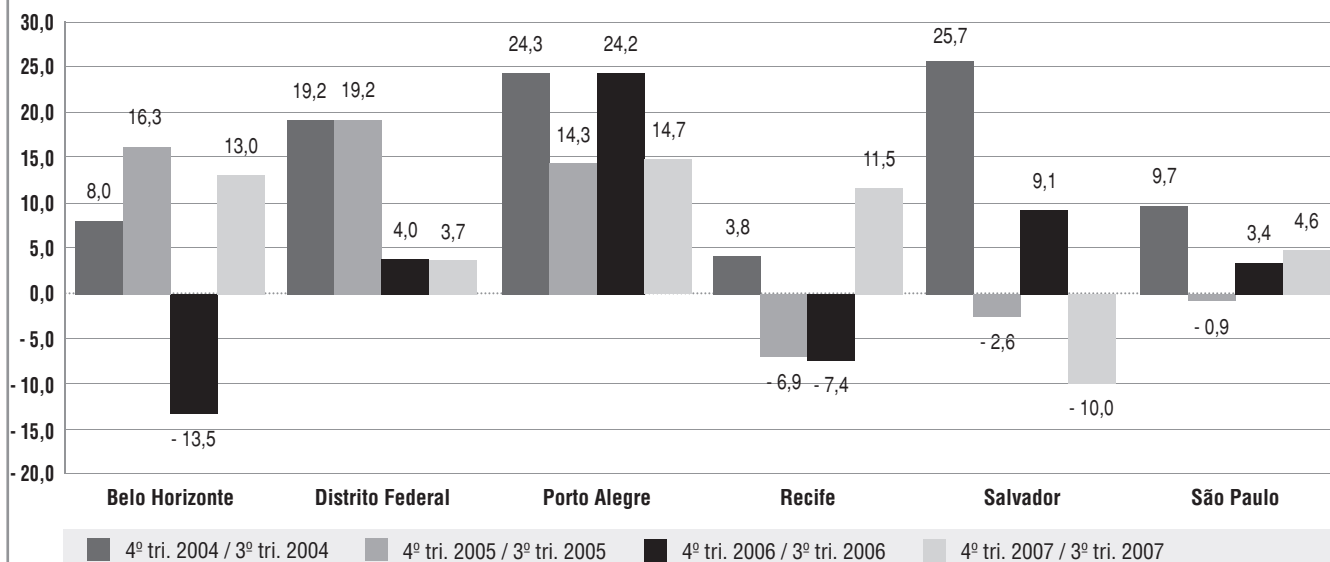
Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. Elaboração: DIEESE

Nota: (1) São os empregados com carteira assinada pelo setor privado

Gráfico 5b

Varição do último trimestre em relação ao trimestre anterior dos contratados à margem da modalidade padrão ⁽¹⁾ no Comércio
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2004 a 2007

(em %)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. Elaboração: DIEESE

Nota: (1) São os empregados sem carteira assinada, pelo setor privado; os assalariados subcontratados; e os autônomos que trabalham para uma empresa

boletim Trabalho no COMÉRCIO

Ano I - nº 3 - maio 2009

DIEESE DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

O JOVEM COMERCIÁRIO: TRABALHO E ESTUDO

O comércio sempre foi considerado como porta de entrada para o mercado de trabalho sendo, assim, um dos principais setores econômicos em termos de absorção da população jovem brasileira. Em 2008, aproximadamente um quarto (25%) do total de ocupados neste setor, tinha entre 16 e 24 anos de idade¹, segundo dados do Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego – Sistema PED.

Diante da importância que este segmento da população representa para a categoria comerciária, o DIEESE decidiu dedicar o terceiro Boletim da série Trabalho no Comércio à análise das formas de inserção no mercado de trabalho, renda e condições de estudo do jovem comerciário. Esta publicação é realizada com o propósito de divulgar análises periódicas sobre o trabalho no setor. Para tanto, foram utilizados os dados coletados pela PED, fruto do convênio DIEESE/Seade/MTE – FAT e parceiros regionais no Distrito Federal e nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

PRESENÇA SIGNIFICATIVA DO JOVEM

As informações apuradas pelo Sistema PED têm revelado a importância da atividade comercial para a força de trabalho jovem das regiões metropolitanas. É nesse segmento que existem maiores facilidades para o jovem obter um posto de trabalho, em comparação com os demais setores. Em 2008, a maior parcela da população dos ocupados no comércio nas regiões pesquisadas tinha entre 16 e 24 anos: Belo Horizonte, 27,3%; Distrito Federal, 26,4%; São Paulo, 26,2%; Porto Alegre 25,2% e, mesmo que em proporção menor, em Salvador (22,6%) e Recife (19,1%), como mostra o Gráfico 1.

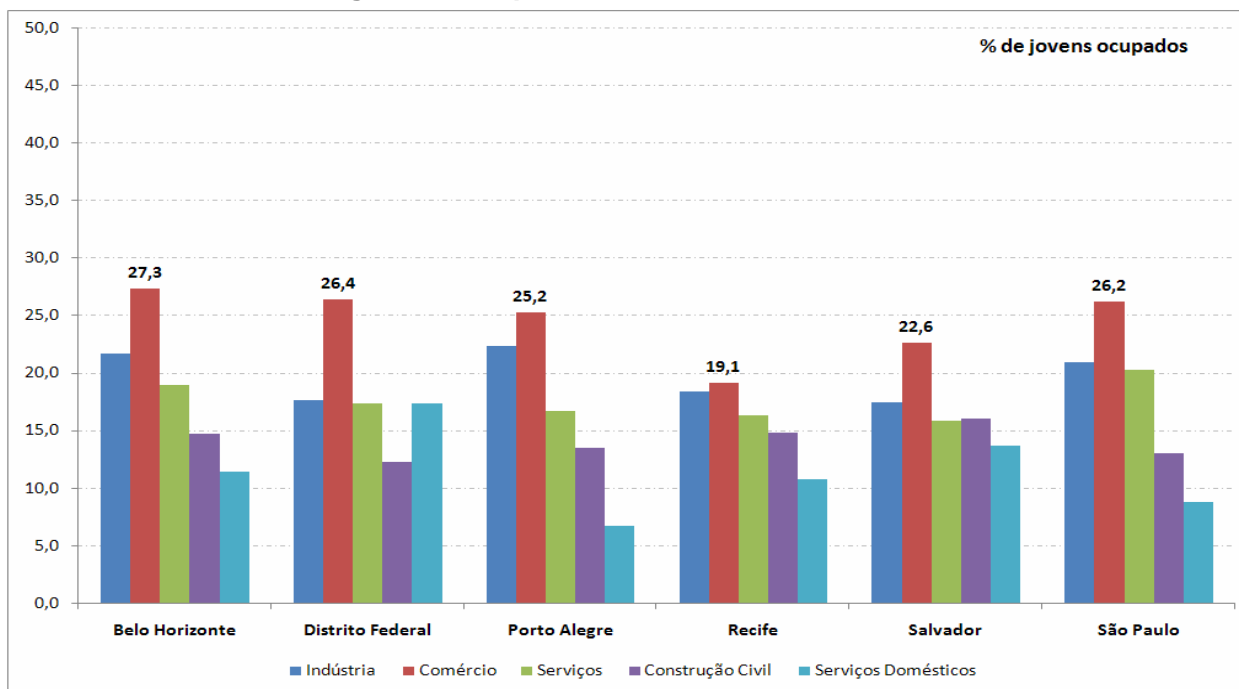
A organização do setor, que incorpora desde grandes redes nacionais e internacionais

até uma imensa quantidade de micro e pequenos estabelecimentos familiares, demanda um grande número de trabalhadores o que explica, em larga medida, a expressiva presença de jovens no comércio.

Um fator de atração para o trabalhador jovem está no fato de o setor possibilitar a inserção em inúmeras funções não especializadas e de baixa remuneração que, em geral, não requerem qualificação ou experiência anterior.

Outro elemento a ser considerado é a associação entre os produtos comercializados e valores compartilhados e/ou relacionados aos jovens, como vitalidade, energia e beleza. Esta mercantilização da juventude frequentemente ultrapassa as peças publicitárias, chegando aos locais de venda, o que é percebido nos shoppings de qualquer grande cidade brasileira.

GRÁFICO 1
Proporção de jovens ocupados de 16 a 24 anos, segundo setor de atividade econômica -
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2008



Fonte: DIEESE/SEADE/MTE – FAT e parceiros regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.

O trabalho no comércio é importante para a manutenção tanto dos jovens como de suas famílias, como mostram dados do Sistema PED referentes a 2008. Segundo estas informações, a juventude comerciária é responsável por, em média, entre 28,5%, em Belo Horizonte e 34,6%, em Porto Alegre, da renda familiar (Tabela 1).

Nas famílias com menor nível de rendimentos (Grupo 1), percebe-se que a remuneração do jovem que trabalhava no comércio da Região Metropolitana de Recife chegou a corresponder, em média, a 78,4% do total de uma renda familiar situada em R\$ 356. No Distrito Federal era observada situação muito semelhante, com contribuições de jovens do comércio aos ganhos familiares alcançando 76,7%.

Embora a proporção da remuneração do jovem nos rendimentos familiares decresça com a elevação dos níveis de renda, ela permanece relevante. Nos agrupamentos de maior rendimento (Grupo 4), ela variou entre 17,9% (Distrito Federal) e 23,6% (Recife) do total recebido pela família em 2008.

O jovem comerciante ocupava, majoritariamente, a posição de filho nos domicílios em que morava (mais de 60% dos casos). Contudo, chama a atenção o fato de que uma parcela considerável já era chefe de domicílio: 13,0% no Distrito Federal, 12,7% em Porto Alegre, 12,9% em Recife e 11,1% em São Pauloⁱⁱ.

TABELA 1

**Proporção da renda dos jovens de 16 a 24 anos ocupados no comércio no total da renda familiar, segundo quartis de renda familiar
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2008**

Regiões	Total ⁽¹⁾	Grupos de Famílias ⁽²⁾			
		Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
Belo Horizonte	28,5	60,3	38,4	28,8	20,1
Distrito Federal	30,1	76,7	46,6	36,6	17,9
Porto Alegre	34,6	69,0	47,7	33,8	23,6
Recife	34,1	78,4	49,1	34,5	23,7
Salvador	30,7	66,8	47,2	33,2	20,6
São Paulo	31,8	68,1	46,8	34,3	20,4

Fonte: DIEESE/Seade/MTE – FAT e parceiros regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.

Notas: (1) Inclui apenas as famílias que apresentam pelo menos um jovem de 16 a 24 anos ocupado no comércio entre os membros da família.

(2) Grupo 1 = 25% das famílias com menor renda familiar.

Grupo 2 = 25% das famílias com renda familiar imediatamente superior ao Grupo 1.

Grupo 3 = 25% das famílias com renda familiar imediatamente superior ao Grupo 2.

Grupo 4 = 25% das famílias com maior renda familiar.

SALÁRIOS MAIS BAIXOS E TRABALHO PRECÁRIO

Apesar de importante para manutenção pessoal e da família, a remuneração dos jovens ocupados no comércio se manteve em patamar baixo em 2008, variando entre R\$ 429 (Recife) e R\$

653 (São Paulo). Esse rendimento corresponde a menos do que 70% daquele auferido pelos adultos com 25 anos e mais. A desigualdade, neste ponto, é mais acentuada no Distrito Federal, onde os ganhos dos jovens correspondiam em média, a 53,5% do recebido pelos não-jovens, e mais discreta em Recife, onde fica em 67,6% (Tabela 2).

TABELA 2

**Rendimento médio real dos ocupados no comércio com 16 anos e mais, segundo idade -
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2008.**

(R\$ de novembro de 2008)

Regiões	Total (16 anos e mais)	Jovens (16 a 24 anos)	Adultos (25 anos e mais)	Proporção de rendimentos Jovens/Adultos (%)
Belo Horizonte	920	567	1.056	53,7
Distrito Federal	1.019	626	1.170	53,5
Porto Alegre	945	623	1.061	58,7
Recife	594	429	635	67,6
Salvador	729	492	801	61,4
São Paulo	983	653	1.110	58,8

Fonte: DIEESE/Seade/MTE – FAT e parceiros regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.

Obs.: a) Inflatores utilizados: IPCA/BH/Ipead; INPC-DF/IBGE; IPC-Iepe/RS; INPC-RMR/IBGE/PE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP.

b) Exclusive os ocupados no comércio que não tiveram remuneração no mês.

Quando são considerados outros critérios importantes para os diferenciais de rendimentos, como a escolarização e o tempo de permanência no posto de trabalho, a comparação das remunerações entre jovens e adultos não deixa dúvidas sobre a desvantagem juvenil. Porém, novos aspectos são adicionados a esta questão, pois a escolarização, neste caso parece bem menos

relevante para aproximar os ganhos obtidos no exercício profissional de trabalhadores de diferentes gerações do que a estabilidade no posto de trabalho. Dito de outra forma: a experiência, em geral associada à idade e tempo de trabalho, parece ser um fator mais valorizado pelo mercado de trabalho, ao menos no comércio (Tabela 3).

TABELA 3
Rendimento médio real dos ocupados no comércio por idade, segundo tempo de permanência no posto de trabalho e escolaridade.
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2008

(R\$ de novembro de 2008)

Regiões Metropolitanas	Tempo de Permanência no Posto de Trabalho inferior a 2 anos			Escolaridade equivalente ao ensino médio completo e superior incompleto		
	Rendimento por Idade (R\$)		Proporção de rendimentos Jovens/Adultos (%)	Rendimento por Idade (R\$)		Proporção de rendimentos Jovens/Adultos (%)
	Jovens (16 a 24 anos)	Adultos (25 anos e mais)		Jovens (16 a 24 anos)	Adultos (25 anos e mais)	
Belo Horizonte	530	768	69,0	609	1.085	56,0
Distrito Federal	579	848	68,3	671	1.247	53,8
Porto Alegre	560	774	72,4	690	1.168	59,1
Recife	418	504	82,9	493	723	62,2
Salvador	463	608	76,2	548	838	65,4
São Paulo	615	843	73,0	704	1.199	58,9

Fonte: DIEESE/Seade/MTE – FAT e parceiros regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.

Obs.: a) Inflatores utilizados: IPCA/BH/Ipead; INPC-DF/IBGE; IPC-Iepe/RS; INPC-RMR/IBGE/PE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP.

b) Exclusive os ocupados no comércio que não tiveram remuneração no mês.

De maneira geral, a forma mais comum de ocupação no comércio é a contratação padrão, com carteira de trabalho assinada. No caso dos jovens a proporção daqueles que são subordinados a contratos típicos do assalariamento, amparados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e registrados em carteira é maior que a verificada entre adultos. A parcela de jovens contratados na forma padrão variou, em 2008, segundo a PED, entre 74,3%, em Belo Horizonte, e 50,8%, em Recife. No mesmo período, para a população adulta com 25 anos e mais de idade, este percentual ficou entre 55,6% e 37,1%, respectivamente em Belo Horizonte e Recife (Tabela 4).

Um segundo grupo destes jovens se subordinava a contratos que fugiam ao formato padrão - assalariados sem carteira assinada do setor privado, assalariados terceirizados e autônomos que trabalham para

uma empresa – com percentuais que chegavam a 30,9%, em Recife; 28,3%, em São Paulo; e 26,7%, em Salvador. Estas proporções foram bem maiores que as observadas para a população adulta, chegando a diferenças superiores a dez pontos percentuais nas metrópoles nordestinas e em São Paulo.

Esta situação é parcialmente justificada pela presença de adultos entre pequenos comerciantes, fato compreensível pelos requisitos de maturidade e, mesmo que mínima, de riqueza pessoal exigida para o estabelecimento de um negócio. Contudo, é evidente a relação entre os menores rendimentos auferidos pelos jovens e a vulnerabilidade de sua inserção ocupacional, muitas vezes determinado pelo assalariamento sem carteira assinada e tempo de permanência no posto de trabalho.

TABELA 4
Distribuição dos ocupados no comércio com 16 anos e mais, segundo forma de inserção ocupacional e faixa etária
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2008

Forma de Inserção	Belo Horizonte		Distrito Federal		Porto Alegre	
	Jovens (16 a 24 anos)	Adultos (25 anos e mais)	Jovens (16 a 24 anos)	Adultos (25 anos e mais)	Jovens (16 a 24 anos)	Adultos (25 anos e mais)
Total de ocupados contratados no comércio⁽¹⁾	93,1	67,1	93,5	62,6	90,1	61,3
Contratados na modalidade padrão⁽²⁾	74,3	55,6	68,2	50,9	73,0	50,8
Contratados à margem da modalidade padrão	18,8	11,5	25,4	11,8	17,1	10,4
Comerciantes⁽³⁾	(5)	21,2	(5)	25,5	(5)	26,9
Outros⁽⁴⁾	(5)	11,7	(5)	11,9	(5)	11,9

Forma de Inserção	Recife		Salvador		São Paulo	
	Jovens (16 a 24 anos)	Adultos (25 anos e mais)	Jovens (16 a 24 anos)	Adultos (25 anos e mais)	Jovens (16 a 24 anos)	Adultos (25 anos e mais)
Total de ocupados contratados no comércio⁽¹⁾	81,7	54,4	81,4	54,2	92,9	62,0
Contratados na modalidade padrão⁽²⁾	50,8	37,1	54,7	42,9	64,6	43,8
Contratados à margem da modalidade padrão	30,9	17,4	26,7	11,3	28,3	18,1
Comerciantes⁽³⁾	11,5	37,3	16,7	38,0	(5)	28,1
Outros⁽⁴⁾	(5)	8,2	(5)	7,8	(5)	9,9

Fonte: DIEESE/Seade/MTE – FAT e parceiros regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.

Notas: (1) Inclui os contratados na modalidade padrão e os contratados à margem da modalidade padrão

(2) São os empregados com carteira assinada, pelo setor privado.

(3) São os autônomos que trabalham para mais de uma empresa, os autônomos que trabalham para o público em geral e os donos de negócio familiar.

(4) Incluem os empregadores, os trabalhadores familiares sem remuneração e os profissionais universitários autônomos.

(5) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

TRABALHAR E ESTUDAR: O DESAFIO DO JOVEM COMERCIÁRIO

Em 2008, havia uma grande proporção de jovens ocupados no comércio que não estudava. Segundo dados do Sistema PED, mais de 70% da juventude comerciária estava longe das escolas em todas as regiões analisadas.

Este distanciamento da escola pode ser explicado, em certa medida, pela elevada jornada dos jovens que não estudavam, o que diminui, em muito, suas possibilidades de voltarem a frequentar a escola. A jornada média semanal de trabalho dos jovens que não estudavam variou de 44, em Belo Horizonte a 48 horas, em Recife (Tabela 5).

A condição do jovem enquanto estudante é diferente da encontrada entre os não estudantes, sendo que em Belo Horizonte e no Distrito Federal o jovem estudante trabalhou, em média, quatro horas a menos do que o não estudante. Em São Paulo, essa diferença se ampliou para cinco horas, chegando a seis horas em Salvador e sete em Recife.

Ainda assim, a jornada do jovem comerciário estudante é também elevada quando se leva em conta o período que passa na escola, além da jornada de trabalho propriamente dita. A jornada média semanal do jovem comerciário estudante variou de 39 horas, em Recife a 42 horas, no Distrito Federal.

Diante da extensa jornada, conciliar trabalho com os estudos é um desafio para o jovem comerciário. Por um lado, sua renda é importante para a família; por outro, a não

qualificação do jovem implicará a manutenção de baixos níveis de rendimento e comprometerá a sua trajetória profissional.

Com relação ao nível de escolaridade dos jovens comerciários, cerca de 60%

tinham, em 2008, ensino médio completo ou superior incompleto enquanto cerca de 25% tinham ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto.

TABELA 5
Proporção de ocupados no comércio com 16 a 24 anos
que estudam e jornada média semanal dos jovens comerciários
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2008

Regiões	Proporção de Jovens Comerciários que estudam (em %)	Jornada média dos jovens comerciários (em horas semanais)	
		Estuda	Não estuda
Belo Horizonte	27,4	40	44
Distrito Federal	28,2	42	46
Porto Alegre	28,7	41	47
Recife	27,6	41	48
Salvador	28,7	39	45
São Paulo	25,3	41	46

Fonte: DIEESE/Seade/MTE – FAT e parceiros regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.
Obs.: Exclusivo os ocupados no comércio que não trabalharam na semana.

CONCLUSÕES

A análise dos dados permite levantar algumas conclusões acerca do jovem comerciário nas regiões metropolitanas:

- Há uma forte relação entre o setor do comércio e o trabalho juvenil, isto pode ser percebido pelo fato de que, em 2008, mais de um quarto (25%) dos ocupados no setor do comércio eram jovens;
- O comércio não exige muita experiência e qualificação para o trabalhador ocupar os postos mais comuns no setor, tais como: vendedores, caixas e assistentes. Isto faz com que os jovens que pressionam o mercado de trabalho em busca de emprego sejam absorvidos por este setor;
- Apesar de a maior parte dos jovens ter contrato formal, há uma parcela relevante de jovens que trabalham sem qualquer garantia de direitos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;
- A faixa etária do comerciário foi um dos fatores determinantes no valor do seu rendimento. Independentemente de possuírem o mesmo tempo de emprego ou o mesmo nível de instrução, os jovens comerciários receberam rendimentos médios menores que os não-jovens;
- O jovem comerciário enfrenta extrema dificuldade para prosseguir seus estudos ou retomá-los após a entrada no setor, já que a sua jornada semanal de trabalho é muito extensa;

- Diante disso, conciliar trabalho e estudo é um desafio para o jovem comerciário, mas não é um problema que diz respeito apenas a ele, mas sim a toda sociedade e ao Estado. Isto porque, por um lado o seu rendimento é importante para compor a renda familiar, e por outro, a não qualificação do jovem pode implicar dificuldade para que, no futuro, seu rendimento possa aumentar e, dessa forma, comprometer sua formação e trajetória profissional;
- O tema do jovem comerciário ultrapassa o mundo do trabalho, pelo fato de ser neste período da vida que o indivíduo completa sua formação, intelectual, moral, física etc. Assim, há que se pensar numa agenda que dê conta das necessidades de estudo, de acesso a cultura, de participação política, além das condições de trabalho (desenvolvimento físico) e de emprego (salário, tipo de vínculo etc.).

ⁱ A faixa etária considerada para o estudo da população jovem é de 16 a 24 anos. Esta delimitação etária está em consonância com a definição de população jovem estabelecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas - ONU de 1985. Da perspectiva analítica do mercado de trabalho, o limite inferior para a operacionalização do conceito de população jovem obedece a idade mínima legal para inserção na atividade econômica, que de acordo com a legislação brasileira é de 16 anosⁱ. Enquanto o limite superior é a idade em que se espera que o indivíduo esteja apto a atuar de forma mais qualificada no mundo do trabalho a partir da conclusão da educação formal.

ⁱⁱ A amostra não comporta desagregação para Belo Horizonte e Salvador.

boletim **Trabalho no COMÉRCIO**

Ano 2 - nº 4 - agosto 2009

DIEESE DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

A INFORMALIDADE NO COMÉRCIO

No período de 10 anos que se estende de 1998 a 2008, o emprego com carteira assinada no país cresceu, mas, ao mesmo tempo, aumentou a contratação de assalariados sem carteira assinada. No Comércio – setor reconhecido por um alto grau de flexibilidade nas condições e relações de trabalho, com grande número de trabalhadores submetidos a extensas jornadas e baixos rendimentos - o quadro não foi diferente. Cerca de 20% dos assalariados não desfrutam das garantias trabalhistas asseguradas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); não têm acesso aos benefícios da previdência social nem são protegidos por Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho, como ocorre com os contratados com registro em carteira de trabalho. Em outras palavras, estes trabalhadores são privados de direitos como seguro desemprego, FGTS, 13º salário, PLR, aposentadoria, pensão e seguros previdenciários; bem como daquelas conquistas asseguradas nas negociações coletivas.

Nesta quarta edição do Boletim Trabalho no Comércio, o DIEESE se propõe a examinar as condições de trabalho dos contratados sem carteira de trabalho assinada entre os anos de 1998 e 2008. Procura, ainda, estabelecer as implicações deste processo para a vida dos trabalhadores, focando, principalmente, na análise da evolução do volume de contratações, remuneração, jornada e tempo médio de permanência no emprego. Para tanto foram utilizados os dados coletados pelo Sistema PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego - fruto do convênio DIEESE/Seade/MTE – FAT e parceiros regionais no Distrito Federal e nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

CRESCIMENTO NÃO EVITA CONTRATAÇÃO ILEGAL

Comparações da situação do mercado de trabalho brasileiro entre 1998 e 2008 apontam um importante processo de recuperação do emprego urbano, em que se destaca a crescente formalização dos vínculos ocupacionais. Entre 1998 e 2008, segundo informações da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram gerados 14.949.931 empregos formais no Comércio brasileiro, ainda que entre os anos de 2001 e

2003, crises externas e internas tenham afetado diretamente a economia brasileira, influenciando na degradação do mercado de trabalho.

Este quadro mais positivo foi verificado em praticamente todos os setores de atividade e se estendeu, de maneira clara, ao Comércio das regiões metropolitanas analisadas pelo DIEESE nesta publicação. Os dados do período indicam que foram gerados, em média, seis empregos com carteira assinada a cada dez contratações feitas na última década (Tabela 1).

TABELA 1
Estimativa dos ocupados contratados no comércio, segundo forma de contratação
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal
1998 e 2008

Forma de Contratação	(em 1.000 pessoas)								
	Belo Horizonte			Distrito Federal			Porto Alegre		
	1998	2008	%	1998	2008		1998	2008	%
Total de contratados no Comércio	162	269	66,5	70	127	81,4	137	205	49,8
Empregados com carteira	116	219	89,1	48	99	106,3	108	168	56,0
Empregados sem carteira	32	36	12,1	16	21	31,3	18	29	58,9
Outras formas de contratação ⁽¹⁾	14	14	2,3	6	8	33,3	11	8	-28,9

Forma de Contratação	Recife			Salvador			São Paulo		
	1998	2008	%	1998	2008	%	1998	2008	%
Total de contratados no Comércio	119	158	32,2	101	139	36,9	724	1.028	42,0
Empregados com carteira	70	105	49,6	66	104	57,8	459	715	55,6
Empregados sem carteira	28	29	0,7	26	27	5,0	174	220	26,7
Outras formas de contratação ⁽¹⁾	21	25	15,9	10	8	-18,6	92	92	0,9

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui os assalariados que trabalham em uma empresa diferente daquela que lhes paga e os autônomos que trabalham para uma única empresa.

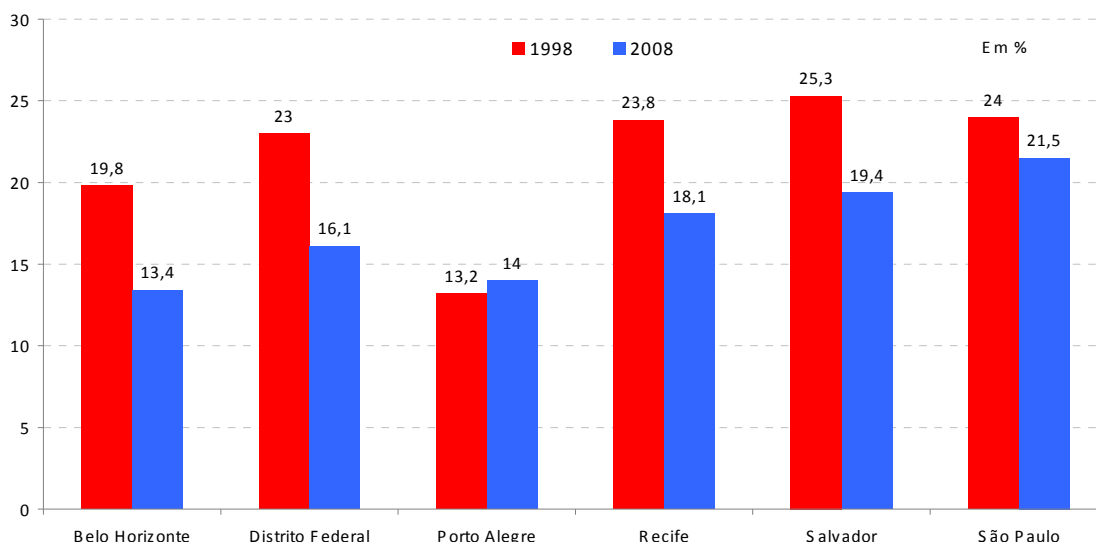
Os reflexos positivos do crescimento econômico sobre a ocupação no Comércio, entretanto, não ocultam a permanência de contingentes expressivos de trabalhadores ainda contratados sem registro legal. Em 2008, a região metropolitana de São Paulo, onde 220 mil de assalariados sem carteira assinada trabalhavam no Comércio, registrava a maior proporção de comerciários contratados sem o amparo das leis trabalhistas (21,5%), percentual seguido pelos verificados nas áreas metropolitanas de Salvador (19,4%) e de Recife (18,1%). Nesse mesmo período, Belo Horizonte (13,4%) e Porto Alegre (14,0%) apresentaram as menores incidências desse tipo de contratação (Gráfico 1).

No período 1998-2008, praticamente de modo generalizado entre as regiões investigadas, houve redução do percentual de assalariados sem carteira assinada no Comércio, ainda que o total desses

trabalhadores, em números absolutos, tenha aumentado. A geração desses postos não formais foi mais branda nas áreas metropolitanas de Recife (0,7%), Salvador (5,0%) e Belo Horizonte (12,1%) e muito elevada em Porto Alegre (58,9%). As diferenciações na intensidade de geração desses postos de trabalho não regulamentados, associadas ao padrão desigual de elevação do emprego formalizado, atenuaram as disparidades regionais quanto à estrutura do emprego no setor.

Essa menor heterogeneidade inter-regional, por fim, acabou ressaltando a forte resistência à redução do emprego ilegal no Comércio, que segue expandindo mesmo em um contexto extremamente favorável, como o experimentado a partir de 2004. Características estruturais do setor contextualizam esta situação, mas não a justificam.

GRÁFICO 1
Proporção de assalariados⁽¹⁾ no comércio sem carteira assinada
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal
1998 – 2008



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Assalariados contratados diretamente pela empresa sem carteira assinada

O Comércio brasileiro é constituído por grandes conglomerados internacionais, de um lado, e por micro, pequenas e médias empresas, muitas delas de propriedade familiar, de outro. Neste conjunto de unidades produtivas que incorporam diversos níveis de capital, o acesso à tecnologia, ao crédito e à capacitação em gestão também é diferenciado, gerando disparidades de produtividade, rentabilidade e qualidade do trabalho.

Como forma de compensar as diferentes condições de competitividade utiliza-se, por vezes, o rebaixamento do custo do trabalho, uma prática antiética que chega a ultrapassar os limites legais.

À semelhança de outros setores, o emprego ilegal no comércio é viabilizado pela sujeição do trabalhador a condições precárias

de inserção ocupacional. Além disso, esta forma de contratação é facilitada pela crença em sua invisibilidade e em sua impunidade. Já, as consequências desta lógica de engajamento profissional para os dois segmentos de assalariados do setor, sem e com carteira assinada, pode ser dimensionada pela análise das jornadas, dos salários e do tempo de permanência nos postos de trabalho do Comércio.

LONGAS JORNADAS E BAIXOS RENDIMENTOS

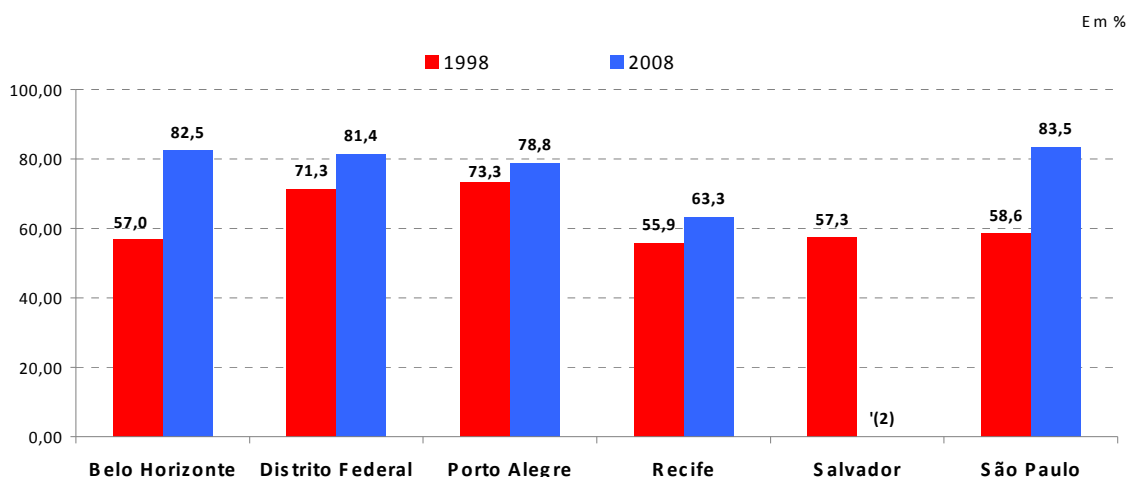
O exame de condições básicas de trabalho, como remuneração e jornada, revela o distanciamento entre as inserções assalariadas do Comércio. Com salários e jornadas menores, os trabalhadores contratados de modo irregular no setor se

mantêm em uma situação desfavorável e de menor *status*. Isto fica mais evidente quando a análise de valor e uso do tempo é vista de modo sintético, por meio de indicadores de rendimento médio real por hora.

Entre as regiões metropolitanas pesquisadas, Recife se destaca pela acentuada diferença existente entre as remunerações dos contratados. Em 2008, os R\$ 2,07 pagos, em média, por hora aos comerciários sem carteira correspondiam a 63,3% do valor auferido por

aqueles assalariados com carteira assinada (R\$ 3,27). No mesmo período, nas áreas metropolitanas de São Paulo e Belo Horizonte foram registradas as menores discrepâncias nos rendimentos dos assalariados do comércio, com os valores pagos por hora aos sem carteira equivalendo, respectivamente, a 83,5% e 82,5% daquele pago aos que tinham a carteira assinada nestes dois mercados de trabalho (Gráfico 2 e Tabela 2).

GRÁFICO 2
Índice do rendimento médio real por hora ⁽¹⁾ dos empregados sem carteira
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal
1998 e 2008
Rendimento médio dos com carteira=100



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Inclui os assalariados que trabalham em uma empresa diferente daquela que lhes paga e autônomos que trabalham para uma mesma empresa

(2) A amostra não comporta desagregação para esta categoria

Na comparação com 1998, verifica-se que o distanciamento entre os salários-hora pagos aos empregados do Comércio nos segmentos formalizado e irregular tem diminuído ao longo dos anos, o que foi particularmente sentido nas áreas metropolitanas de Belo Horizonte e de São Paulo. Contudo, em um período em que o crescimento econômico se refletiu exclusivamente na geração de emprego, essa redução de disparidades decorreu principalmente da acentuada retração do salário-hora dos assalariados com registro em carteira, que superou largamente o declínio observado nos rendimentos dos comerciários contratados de modo irregular.

Entre 1998 e 2008, à exceção dos assalariados sem carteira assinada de Belo Horizonte, que experimentaram elevação de R\$ 2,68 para R\$ 3,66 em seu salário-hora, todos os demais comerciários viram suas remunerações caírem. No caso dos empregados com carteira, as reduções foram mais acentuadas, destacando-se as ocorridas em São Paulo (-31,1%), em Recife (-21,5%) e em Porto Alegre (-17,4%). Já no tocante ao salário médio pago por hora aos empregados sem carteira, notou-se que as reduções variaram entre 11,4% em Porto Alegre, onde passaram de R\$ 5,39, em 1998, para R\$ 4,45, em 2008; e 1,8%, em São Paulo, variando de R\$ 4,37, no primeiro ano considerado e R\$ 4,29, em 2008 (Tabela 2).

Estes resultados basicamente acompanharam o comportamento declinante dos rendimentos médios mensais no período analisado. O regime de horas trabalhadas potencializou a desvalorização do trabalho comerciário, pois reduziu a distância entre o valor das remunerações de assalariados formalizados e ilegais do Comércio. O rebaixamento dos salários recebido por hora trabalhada no setor ocorreu ao mesmo tempo que se registraram mudanças institucionais importantes, que viabilizaram a generalização da remuneração variável e a abertura do comércio aos domingos.

No tocante às horas trabalhadas, as jornadas praticadas no Comércio são extensas, independentemente da região e/ou forma de inserção ocupacional. Trabalhar aos domingos e feriados, permanecer no estabelecimento mais tempo do que o horário contratado para garantir a venda e, conseqüentemente, a sua própria remuneração, é traço comum na atividade destes trabalhadores.

Todavia, quando comparados os dados dos segmentos de emprego e regiões, são notáveis algumas distinções: existem diferenças regionais importantes no número médio de horas trabalhadas no Comércio; as jornadas dos empregados sem carteira são sistematicamente menores que as observadas para os assalariados registrados e estas discrepâncias, em geral, se ampliaram entre 1998 e 2008.

Em 2008, segundo os dados do Sistema PED, os empregados sem carteira da Região Metropolitana do Recife chegaram a trabalhar 49 horas por semana, registrando a maior jornada entre as regiões pesquisadas. Por outro lado, em Belo Horizonte (onde o trabalho aos domingos é proibido por lei) estes trabalhadores praticaram as menores jornadas para o mesmo período (41 horas). Entre aqueles que contavam com o registro em carteira, nas mesmas regiões, o número de horas semanais trabalhadas situou-se entre 50 horas (Recife) e 45 horas (Belo Horizonte).

Em 10 anos, o comportamento das jornadas foi diferente para assalariados registrados e sem carteira. Para os primeiros, em geral, o volume médio de horas trabalhadas se manteve inalterado, com exceção de Belo Horizonte com redução de 4 horas semanais e Porto Alegre, onde aumentou 1 hora por semana. Já para os assalariados sem carteira, houve redução na jornada semanal em quase todas as regiões, com variações relativas que oscilaram entre 8,9% em Belo Horizonte a 2,0% em Recife. Porto Alegre foi a única região na qual houve aumento na jornada, que passou de 43 para 44 horas de trabalho por semana.

TABELA 2
Variação do rendimento real mensal, da jornada semanal e do rendimento hora, no trabalho principal, segundo forma de inserção ocupacional
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal

Regiões Metropolitanas	Assalariados sem carteira								
	Rendimento Real Mensal			Jornada Semanal			Rendimento Hora		
	1998	2008	Variação %	1998	2008	Variação %	1998	2008	Variação %
Belo Horizonte	516	643	24,6	45	41	-8,9	2,68	3,66	36,6
Distrito Federal	709	663	-6,5	45	43	-4,4	3,68	3,60	-2,2
Porto Alegre	727	660	-9,2	43	44	2,3	3,95	3,50	-11,4
Recife	499	434	-13,0	50	49	-2,0	2,33	2,07	-11,2
Salvador	489	(1)	(1)	45	44	-2,2	2,54	(1)	(1)
São Paulo	898	827	-7,9	48	45	-6,3	4,37	4,29	-1,8

Regiões Metropolitanas	Assalariados com carteira								
	Rendimento Real Mensal			Jornada Semanal			Rendimento Hora		
	1998	2008	Variação %	1998	2008	Variação %	1998	2008	Variação %
Belo Horizonte	926	856	-7,6	46	45	-2,2	4,70	4,44	-5,5
Distrito Federal	1.038	890	-14,3	47	47	0,0	5,16	4,42	-14,3
Porto Alegre	1.061	895	-15,6	46	47	2,2	5,39	4,45	-17,4
Recife	892	700	-21,5	50	50	0,0	4,17	3,27	-21,6
Salvador	891	817	-8,3	47	47	0,0	4,43	4,06	-8,4
São Paulo	1.469	1.012	-31,1	46	46	0,0	7,46	5,14	-31,1

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Obs.: Base do Índice = média de 2000

Nota: (1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria

Este dado é confirmado pelo fato de a proporção de comerciários sem carteira que trabalham acima da jornada legalmente permitida ser significativa, porém menor do que a encontrada entre os contratados formais. O percentual de contratados sem carteira assinada que trabalharam acima de 44 horas variou, em 2008, entre 42,8% (Belo Horizonte) e 67,7% (Recife). Em 1998, esta proporção foi maior em quase todas as regiões.

TRABALHO DOS SEM CARTEIRA É INSTÁVEL

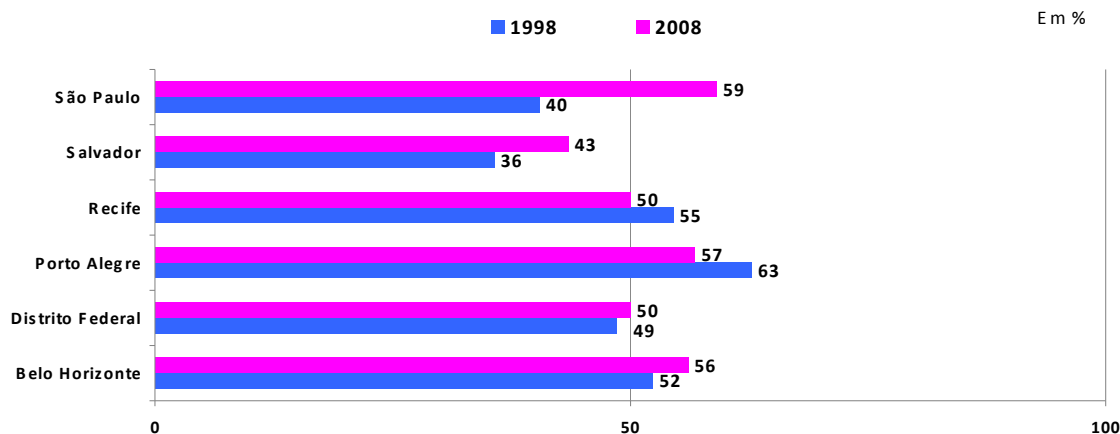
Outra característica do Comércio é o alto grau de rotatividade de trabalhadores, resultante da prática das empresas de contratar e demitir de acordo com seus interesses. Muitas vezes, este mecanismo é utilizado como forma de redução de custos, uma vez que os novos empregados contratados recebem salários menores do que os dos empregados demitidos, prática comum entre os empregadores.

O tempo médio de permanência dos empregados sem carteira na mesma empresa equivaleu, praticamente, à metade (50%) do tempo verificado para aqueles com carteira na década em análise. Além de não terem nenhuma garantia trabalhista nem previdenciária e receberem rendimentos menores, a média de tempo no mesmo emprego não ultrapassou 24 meses, com exceção das regiões metropolitanas de Porto Alegre e São Paulo.

Analizando somente a situação dos empregados sem carteira no ano de 2008, em

quase todas as regiões o tempo médio de permanência no mesmo emprego aumentou em relação a 1998, exceto na região de Porto Alegre onde o tempo médio passou a ser 25 meses, em 2008, contra 27 meses em 1998. Apesar dessa melhora, a perspectiva de permanecer mais tempo no mesmo emprego ainda é insuficiente para que esses trabalhadores alcancem a estabilidade que permita planejar seus rendimentos, seu consumo em prazo mais longo e, portanto, suas vidas.

GRÁFICO 3
Proporção do tempo médio de permanência no trabalho atual dos sem carteira em relação aos assalariados com carteira
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal
1998-2008
Assalariados com carteira=100



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

PRINCIPAIS DESTAQUES:

- Na década em análise, 1998 a 2008, cerca de 20% do total de assalariados encontravam-se na condição de contratados sem carteira de trabalho assinada, sendo assim excluídos de qualquer rede de proteção social.
- A manutenção desse elevado contingente de trabalhadores pode ser entendida como uma forma de burlar a proteção social e os direitos trabalhistas. Dessa forma, não é permitido aos trabalhadores se apropriarem de uma parcela maior da renda gerada, uma vez que esta é uma das estratégias utilizadas pelo empregador para obter redução de custos e aumento do lucro;
- As diferenças no tocante às condições de trabalho entre os assalariados com

carteira e sem carteira revelaram o distanciamento entre estes dois tipos de contratação tanto do ponto de vista dos rendimentos como da jornada;

- O tempo médio de permanência no trabalho dos sem registro equivaleu à metade do tempo daqueles que possuem carteira em 2008, permanecendo no máximo por dois anos no emprego na maioria das regiões analisadas;

Torna-se, portanto, crucial entender a dinâmica e inter-relações entre tais formas de inserção no mercado de trabalho para extrair de maneira mais acurada conclusões sobre as transformações recentes no mundo do trabalho, e principalmente, para identificar formas de atuação possíveis para elevar o grau de proteção aos trabalhadores, aperfeiçoando as instituições públicas e fortalecendo a representação sindical.

boletim **Trabalho e** **CONSTRUÇÃO**

Ano 1 - nº 1 - Setembro 2009

DIEESE DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

CRESCE A OCUPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO CIVIL

O Boletim Trabalho e Construção tem como objetivo divulgar análises e informações estatísticas a respeito da dinâmica e da estrutura do mercado de trabalho da Construção Civil. A principal fonte de dados utilizada é a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada pelo convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e parceiros regionais no Distrito Federal e nas regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador. Neste primeiro número, o Boletim tratará do grau de incidência e das diferentes modalidades de inserção ocupacional no setor da Construção Civil. Este estudo também analisa, entre 1998 e 2008, o comportamento do rendimento médio mensal, da jornada média semanal, do tempo médio de permanência no posto de trabalho e da contribuição à previdência pública, segundo a forma de inserção ocupacional verificada no setor.

MAIS 198 MIL TRABALHADORES NO SETOR

O setor da Construção Civil é de fundamental importância para a economia nacional. Em 2007, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o setor respondia, diretamente por 6,7% do total de trabalhadores ocupados no país, o que - em números absolutos - significava cerca de 6,1 milhões de pessoas. Deve-se considerar, ainda, que a Construção Civil contribui de forma decisiva para a taxa de investimento, bem como para a geração do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

O desempenho da Construção Civil e, conseqüentemente, dos empregos gerados pelo setor, está intimamente relacionado ao dinamismo da atividade econômica. Nos anos 1990, período marcado por baixo crescimento econômico, elevadas taxas de juros, estagnação das taxas de investimento e reestruturação produtiva, o estoque de empre-

gos formais no setor diminuiu tanto em termos absolutos quanto relativos, de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais – Rais, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A melhora do cenário econômico e a aceleração do crescimento, a partir da presente década, contribuirão decisivamente para a recuperação e o crescimento do emprego formal no setor nos últimos anos.

Entre 1998 e 2008, nas áreas metropolitanas investigadas pelo Sistema PED, foram incorporados 198 mil trabalhadores ao contingente de ocupados na Construção Civil. Este crescimento – da ordem de 26,0% - seguiu de perto o ritmo de geração de postos de trabalho na indústria de transformação e no comércio, ficando aquém apenas da recuperação ocupacional dos serviços (Tabela 1 e Gráfico 1). O desempenho positivo da construção assumiu diferentes magnitudes, nas regiões pesquisadas, sendo mais intensa no Distrito Federal (54,3%), onde o total de ocupados no setor passou de 33 mil para 51 mil trabalhadores, e mais moderada em Porto Alegre (14,6%).

TABELA 1
Estimativa do número de ocupados na Construção Civil
Total metropolitano – 1998 e 2008

(em 1.000 pessoas)

Setores	1998	2008	Variação 2008/1998	
			Absoluta	Em %
Total	12.953	17.150	4.197	32,4
Indústria	2.129	2.712	583	27,4
Comércio	2.177	2.804	627	28,8
Serviços	6.582	9.216	2.634	40,0
Construção Civil ⁽¹⁾	763	961	198	26,0
Outros ⁽²⁾	1.302	1.457	155	11,9

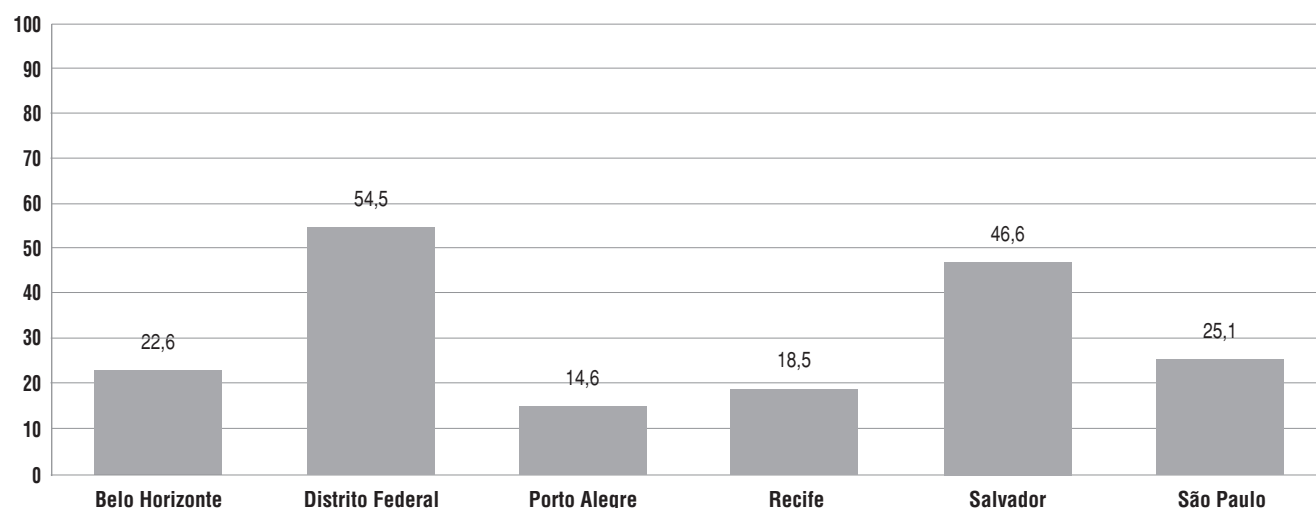
Fonte: DIEESE/Seade/MTE – FAT e parceiros regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED

Notas: (1) Inclui obras de infraestrutura, novas edificações e reformas e reparação de edificações

(2) Inclui serviços domésticos e outros ramos de atividade

GRÁFICO 1
Variação do número de ocupados na Construção Civil
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1998 e 2008

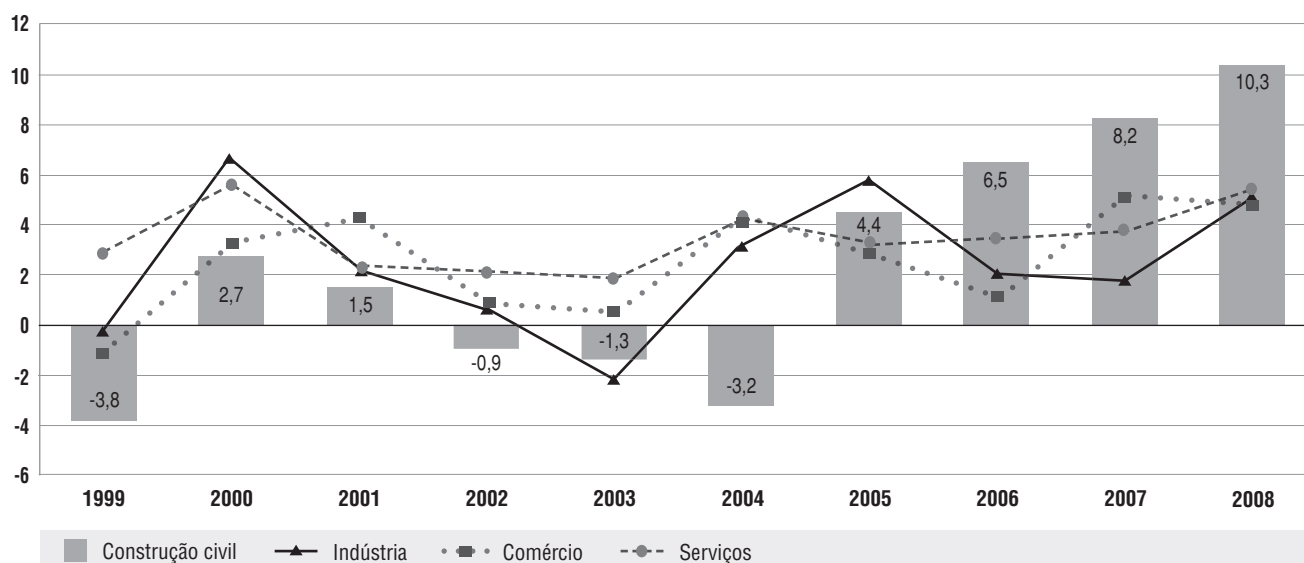
(em %)



Fonte: DIEESE/Seade/MTE – FAT e parceiros regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED

No conjunto das regiões metropolitanas e Distrito Federal, o incremento no número de ocupados na Construção Civil foi alcançado de modo distinto do observado na recuperação ocupacional dos demais setores de atividade no período 1998 e 2008. De modo geral, as oscilações ocorridas até 2004 foram mais desfavoráveis à ocupação na construção, situação que se inverteu a partir de 2005, quando o contingente do setor passou a experimentar acréscimos contínuos e crescentes (Gráfico 2).

No período recente, tiveram início os investimentos públicos e privados, previstos para o quadriênio 2007-2010, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e os incentivos gerados pelo programa habitacional do governo federal “Minha Casa, Minha Vida”. Com isso, a Construção Civil tende a ampliar e consolidar sua importância como grande empregador de mão de obra e setor-chave da economia brasileira, apesar do desaquecimento econômico esperado para 2009, em função da crise econômico-financeira mundial.

GRÁFICO 2**Variação anual do número de ocupados segundo setor de atividade**
Total metropolitano – 1998 a 2008

Fonte: DIEESE/Seade/MTE – FAT e parceiros regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED

DIVERSIDADE MARCA A INSERÇÃO OCUPACIONAL

As ocupações geradas pela Construção Civil são bastante heterogêneas. Os trabalhadores do setor convivem com formas variadas de inserção ocupacional, que vão do trabalho assalariado com carteira assinada até o exercício da profissão de forma independente, passando pelo assalariamento sem carteira e pelo trabalho terceirizado.

O assalariamento foi predominante, em 2008, como forma de inserção ocupacional e, na maioria das regiões, absorveu mais da metade dos ocupados no setor. Destacaram-se, neste aspecto, as áreas metropolitanas de Recife, São Paulo, Salvador e Belo Horizonte, cujas proporções de empregados alcançaram, no último ano, respectivamente, 64,2%, 56,7%, 52,4% e 51,2%. Todavia, esta subordinação assalariada, com frequência, não é considerada padrão, ou seja, caracterizada pelo emprego direto e/ou contrato registrado em carteira de trabalho, mas assume formatos flexibilizados da norma consagrada pela *Consolidação das Leis do Trabalho*.

Com isto, expressiva parcela dos assalariados da Construção Civil é formada por contratados de modo irregular, sem carteira de trabalho assinada, e por trabalhadores que, embora se anunciem autônomos, contam com muito pouca liberdade, pois trabalham para um único contratante e muitas vezes não detêm a propriedade de seus meios de produção. Em 2008, na Construção Civil, a presença dos *assalariados não padrão* era maior justamente nas Regiões Metropolitanas de Recife (25,4%) e de São Paulo (23,2%) (Gráfico 3).

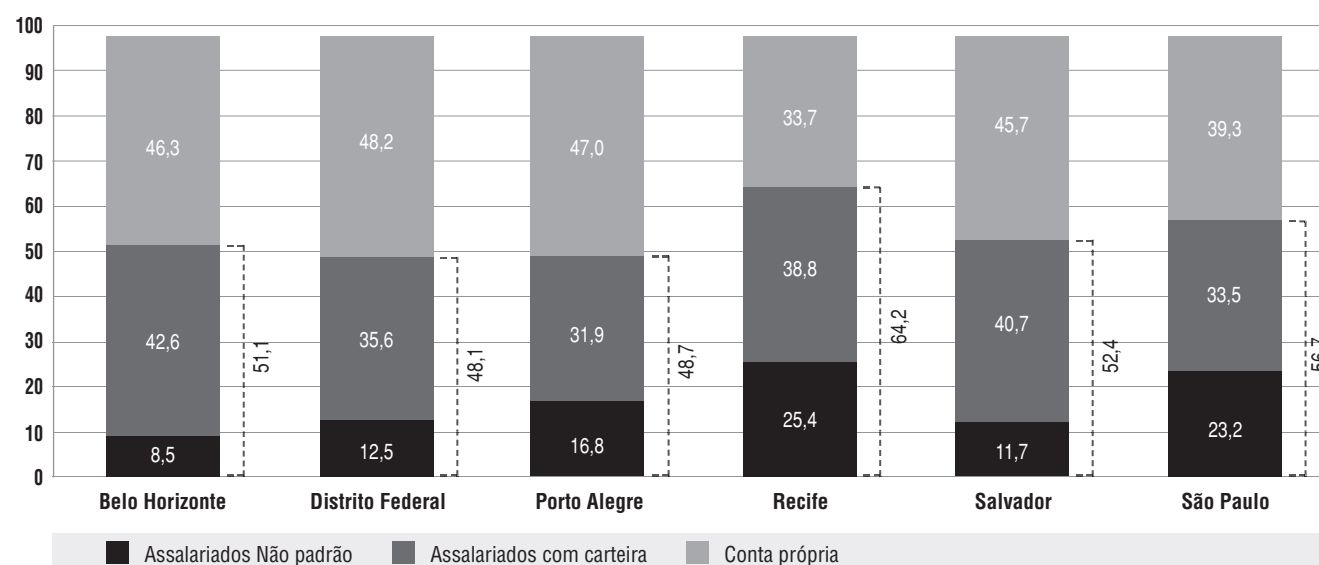
Nos últimos 10 anos, o assalariamento consolidou-se como forma de contratação predominante na Construção Civil na maior parte das regiões pesquisadas pela PED (mais especificamente em Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e São Paulo). Em sentido contrário, no entanto, o Distrito Federal e Salvador contabilizaram uma diminuição da importância relativa dos postos de trabalho assalariados no total da ocupação do setor (Tabela 2).

O crescimento do assalariamento na Construção Civil, entre 1998 e 2008, reflete fundamentalmente o processo de formalização das relações

GRÁFICO 3

Distribuição dos ocupados na Construção Civil segundo as principais formas de inserção
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2008

(em %)



Fonte: DIEESE/Seade/MTE – FAT e parceiros regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED

TABELA 2

Estimativa dos ocupados na Construção Civil, segundo principais formas de inserção
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1998 e 2008

(em 1.000 pessoas)

Formas de inserção	Belo Horizonte			Distrito Federal			Porto Alegre			Recife			Salvador			São Paulo		
	1998	2008	08/98 (%)	1998	2008	08/98 (%)	1998	2008	08/98 (%)	1998	2008	08/98 (%)	1998	2008	08/98 (%)	1998	2008	08/98 (%)
Total de Ocupados na Construção Civil	137	168	22,6	33	51	54,5	82	94	14,6	54	64	18,5	58	85	46,6	399	499	25,1
Contratados	69	86	25,6	17	24	41,2	37	46	22,2	35	41	19,1	34	45	32,9	205	283	37,7
À margem da modalidade padrão(1)	19	14	-25,5	6	6	0,0	11	16	40,6	14	16	13,6	14	10	-26,4	94	116	23,5
Na modalidade padrão(2)	49	72	45,1	11	18	63,6	26	30	14,3	20	25	23,0	20	35	73,4	112	167	49,6
Conta Própria(3)	63	78	22,6	15	24	60,0	41	44	6,9	17	22	28,4	23	39	70,0	173	196	13,2

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Obs: O setor da Construção Civil inclui o ramo de atividade reformas e reparações de edificações

Notas: (1) Inclui os empregados sem carteira assinada do setor privado, os empregados sem carteira assinada do setor público, os assalariados contratados em serviços terceirizados e os autônomos que trabalham para uma empresa

(2) Inclui os empregados com carteira assinada do setor privado, os empregados com carteira assinada do setor público, os estatutários do setor público

(3) Inclui os autônomos que trabalham para mais de uma empresa, os autônomos que trabalham para o público e os donos de negócio familiar

de trabalho vivenciado, no plano mais geral, pela economia brasileira, a partir de 2004. Percebe-se, no conjunto de regiões pesquisadas, neste mesmo intervalo de tempo, um movimento de ampliação do emprego com carteira assinada, ao mesmo tempo em que se verificava um decréscimo da importância relativa (e, no caso de Belo Horizonte e Salvador, também uma redução absoluta) do assala-

riamento à margem da modalidade padrão. A única exceção ficou por conta da região metropolitana de Porto Alegre.

Em todas as regiões pesquisadas, o trabalho exercido de forma independente na Construção Civil responde por uma parcela expressiva do total de ocupados no setor. Em 2008, 48,2% ou 24 mil pessoas trabalhavam por conta própria na Cons-

trução Civil do Distrito Federal. Em Porto Alegre, eram 47,0% ou 44 mil pessoas; em Belo Horizonte, correspondiam a 46,3% ou 78 mil pessoas; em Salvador, este percentual ficava em 45,7% ou 39 mil pessoas; em São Paulo, eram 39,3% ou 196 mil pessoas; e, por fim, em Recife, situavam-se em 33,7% ou 22 mil pessoas.

Em relação a 1998, o número de trabalhadores por conta própria na Construção Civil variou de forma diferenciada entre as regiões pesquisadas pela PED. No Distrito Federal, em Recife e em Salvador, houve aumento da participação relativa destes trabalhadores no total de ocupados no setor. Por outro lado, Porto Alegre e São Paulo realizaram um caminho inverso, com a diminuição do peso relativo do trabalho autônomo. Belo Horizonte, por seu turno, manteve inalterada a participação relativa dos trabalhadores por conta própria no contingente total de ocupados da Construção Civil.

BAIXO RENDIMENTO, ELEVADA ROTATIVIDADE E JORNADA PADRÃO

As jornadas de trabalho praticadas na Construção Civil se referenciam, de maneira geral, no patamar legal das 44 horas semanais. Esta situação é fortemente influenciada pelo fato de as ativida-

des de construção requererem boas condições climáticas e luminosidade solar, e também se deve ao elevado esforço físico exigido dos trabalhadores a cada dia. Este quadro dificulta estender as jornadas e inibe as horas extras. Admite, no entanto, razoável variabilidade tanto regional quanto por tipo de inserção ocupacional.

Em 2008, o número efetivo de horas semanais trabalhadas na Construção Civil foi menor na Região Metropolitana de Belo Horizonte (42 horas) e maior na de Recife (45 horas). Examinadas segundo a forma de inserção, essas diferenças são potencializadas por serem maiores as jornadas dos contratados padrão (com carteira assinada) e menos extensas a daqueles empregados de forma não padrão. Com isto, no último ano, foram observadas duas situações extremas – a dos contratados de forma não padrão de Belo Horizonte, que em geral exerceram 40 horas semanais, e os contratados de modo padrão em Recife, cujas jornadas ficaram em 47 horas.

A jornada de trabalho média do setor, entre 1998 e 2008, assinalou, ainda, um pequeno recuo em todas as regiões pesquisadas pela PED, exceto em São Paulo, que manteve a sua jornada média semanal inalterada em 44 horas semanais (Tabela 3).

TABELA 3

Jornada média semanal dos ocupados na Construção Civil, segundo as principais forma de inserção ocupacional - Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 1998 e 2008
(em horas)

Formas de inserção	Belo Horizonte		Distrito Federal		Porto Alegre		Recife		Salvador		São Paulo	
	1998	2008	1998	2008	1998	2008	1998	2008	1998	2008	1998	2008
Total de Ocupados na Construção Civil	43	42	45	44	44	43	46	45	45	44	44	44
Contratados	43	42	45	44	45	44	46	46	45	44	44	44
À margem da modalidade padrão ⁽¹⁾	42	40	45	45	44	43	45	45	43	43	43	43
Na modalidade padrão ⁽²⁾	44	43	45	43	46	45	47	47	47	45	44	44
Conta Própria ⁽³⁾	43	41	44	44	43	41	45	44	43	43	44	43

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Obs.: O setor da Construção Civil inclui o ramo de atividade reformas e reparações de edificações.

Notas: (1) Inclui os empregados sem carteira assinada do setor privado, os empregados sem carteira assinada do setor público, os assalariados contratados em serviços terceirizados e os autônomos que trabalham para uma empresa.

(2) Inclui os empregados com carteira assinada do setor privado, os empregados com carteira assinada do setor público, os estatutários do setor público

(3) Inclui os autônomos que trabalham para mais de uma empresa, os autônomos que trabalham para o público e os donos de negócio familiar

De forma geral, entre 1998 e 2008, a expansão da ocupação na Construção Civil não veio acompanhada de um incremento dos rendimentos médios do trabalho. À exceção de Belo Horizonte, onde o crescimento foi de 7,6%, as demais regiões pesquisadas assinalaram um decréscimo do rendimento médio do trabalho, que variou de 4,9%, em Salvador a 21,4%, em São Paulo. Dessa forma, em 2008, o rendimento médio auferido pelos trabalhadores da Construção Civil foi de R\$ 1.112 em São Paulo, R\$ 1.073 no Distrito Federal, R\$ 964 em Belo Horizonte, R\$ 937 em Porto Alegre, R\$ 839 em Salvador e R\$ 608 em Recife (Gráfico 4).

Os rendimentos recebidos pelos trabalhadores do setor variam conforme a sua inserção ocupacional. Como regra, constata-se que os assalariados com carteira assinada têm remunerações superiores a dos demais trabalhadores.

A análise dos rendimentos reais recebidos por hora trabalhada reforça as principais conclusões, pois elimina os efeitos, sobre os rendimentos, da comparação entre trabalhadores que possuem jornadas de trabalho distintas. Os dados

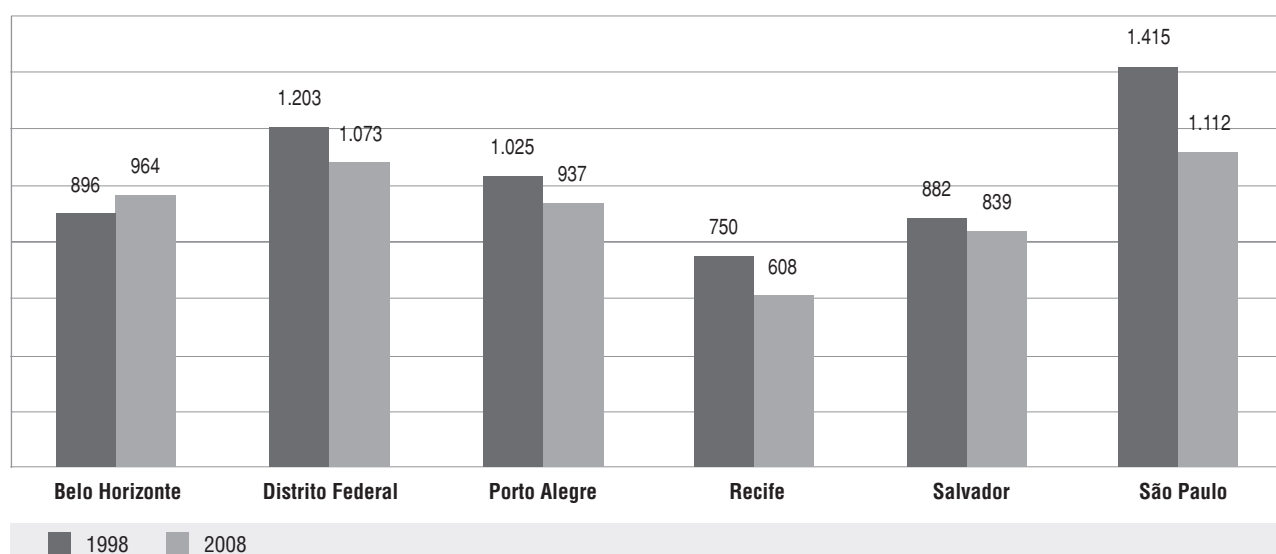
permitem constatar, de um lado, o decréscimo do rendimento médio entre 1998 e 2008 (à exceção, mais uma vez, de Belo Horizonte) e, de outro, a discrepância existente em termos de rendimentos entre as diferentes formas de inserção ocupacional (Tabela 4).

A alta rotatividade da mão de obra é uma característica estrutural do mercado de trabalho brasileiro. Entretanto, alguns setores da atividade econômica, como o Comércio, alguns ramos dos Serviços e a Construção Civil, se notabilizam por apresentar essa característica de forma mais acentuada.

Os dados da PED indicam, porém, que, no que diz respeito à Construção Civil, houve uma melhora expressiva no tempo de permanência dos ocupados no emprego. Entre 1998 e 2008, o tempo médio de permanência no emprego dos ocupados na Construção Civil do Distrito Federal passou de 41 para 65 meses, em Belo Horizonte de 53 para 72 meses, em Salvador de 37 para 48 meses, em São Paulo de 32 para 42 meses, em Porto Alegre de 39 para 45 meses, e, finalmente, em Recife de 24 para 27 meses (Tabela 5).

GRÁFICO 4
Rendimento médio dos ocupados na Construção Civil
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1998 e 2008

(em R\$ de março de 2009)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Apesar do acréscimo no tempo médio de permanência no emprego ter ocorrido de forma praticamente generalizada, é importante destacar que em todas as regiões pesquisadas, à ex-

ceção de Recife, a rotatividade da mão de obra é maior entre os trabalhadores contratados do que entre os trabalhadores por conta própria (Tabela 5).

TABELA 4

Estimativa dos rendimentos mensais e por hora e da jornada na Construção Civil, segundo principais formas de inserção
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1998 e 2008

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Contratados Padrão - com carteira assinada								
	Rendimento Mensal			Jornada			Rendimento Hora		
	1998	2008	(%)	1998	2008	(%)	1998	2008	(%)
Belo Horizonte	928	1.074	15,7	44	43	-2,3	4,93	5,84	18,5
Distrito Federal	1.218	1.030	-15,4	45	43	-4,4	6,32	5,60	-11,4
Porto Alegre	1.107	989	-10,7	46	45	-2,2	5,62	5,13	-8,7
Recife	896	(1)	(1)	47	47	0,0	4,45	(1)	(1)
Salvador	1.208	1.100	-8,9	47	45	-4,3	6,01	5,71	-5,0
São Paulo	1.599	1.313	-17,9	44	44	0,0	8,49	6,97	-17,9

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Conta própria								
	Rendimento Mensal			Jornada			Rendimento Hora		
	1998	2008	(%)	1998	2008	(%)	1998	2008	(%)
Belo Horizonte	753	720	-4,4	43	41	-4,7	4,09	4,10	0,2
Distrito Federal	937	845	-9,8	44	44	0,0	4,98	4,49	-9,8
Porto Alegre	918	812	-11,5	43	41	-4,7	4,99	4,63	-7,2
Recife	568	(1)	(1)	45	44	-2,2	2,95	(1)	(1)
Salvador	525	568	8,2	43	43	0,0	2,85	3,09	8,4
São Paulo	1.185	869	-26,7	44	43	-2,3	6,29	4,72	-25,0

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE
Nota: (1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria

TABELA 5

Tempo médio de permanência dos ocupados na Construção Civil, no trabalho principal, segundo forma de inserção ocupacional
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 1998 e 2008 (em meses)

Formas de inserção	Belo Horizonte		Distrito Federal		Porto Alegre		Recife		Salvador		São Paulo	
	1998	2008	1998	2008	1998	2008	1998	2008	1998	2008	1998	2008
Total de Ocupados na Construção Civil	53	72	41	65	39	45	24	27	37	48	32	42
Contratados	36	37	27	36	34	34	26	28	28	31	28	29
À margem da modalidade padrão ⁽¹⁾	21	24	12	27	21	22	10	11	9	18	13	15
Na modalidade padrão ⁽²⁾	42	40	34	39	40	40	38	40	41	34	41	38
Conta Própria ⁽³⁾	65	105	49	86	37	49	13	22	44	64	28	51

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Obs.: O setor da Construção Civil inclui o ramo de atividade reformas e reparações de edificações

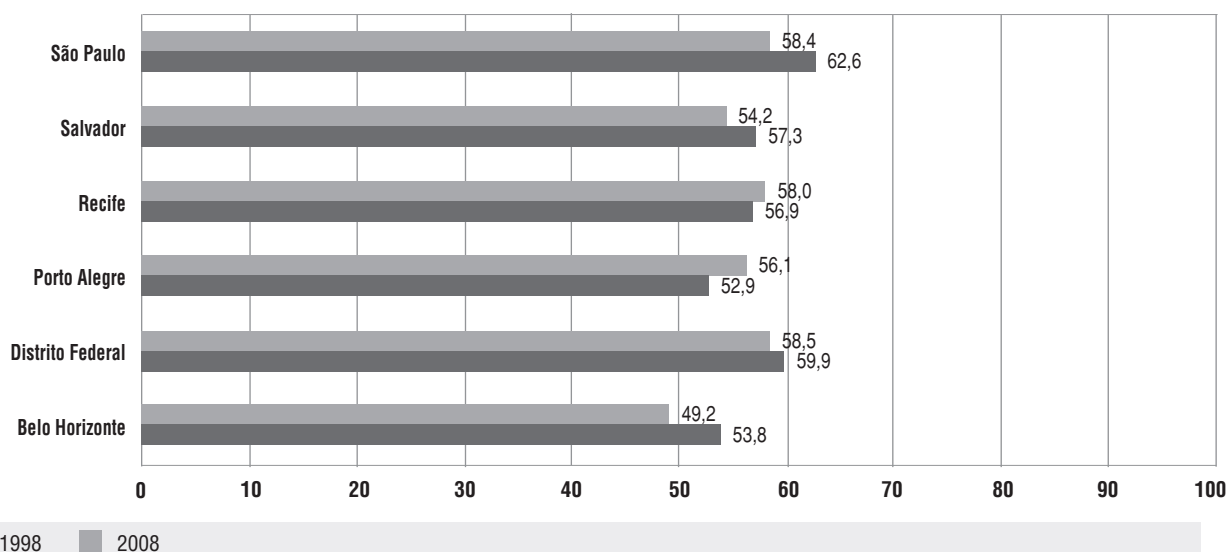
Notas: (1) Inclui os empregados sem carteira assinada do setor privado, os empregados sem carteira assinada do setor público, os assalariados contratados em serviços terceirizados e os autônomos que trabalham para uma empresa

(2) Inclui os empregados com carteira assinada do setor privado, os empregados com carteira assinada do setor público, os estatutários do setor público

(3) Inclui os autônomos que trabalham para mais de uma empresa, os autônomos que trabalham para o público e os donos de negócio familiar

GRÁFICO 5**Proporção de ocupados na Construção Civil que não contribuem para previdência pública
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1998-2008**

(em %)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

PARCELA EXPRESSIVA DOS OCUPADOS NÃO TEM PROTEÇÃO SOCIAL

A análise da contribuição à Previdência Pública demonstra que uma parcela grande dos trabalhadores do setor da Construção Civil está socialmente desprotegida, não obstante a pequena melhora verificada, entre 1998 e 2008, na maioria das regiões pesquisadas (Gráfico 5).

Em 2008, do total dos ocupados na Construção Civil, 58,5% não contribuíam para a Previdência Pública no Distrito Federal. Em São Paulo, esse percentual era de 58,4%; em Recife, de 58,0%; em Porto Alegre, de 56,1%; em Salvador, de 54,2% e em Belo Horizonte, de 49,2% (Gráfico 5).

A parcela de não contribuintes à Previdência Pública alcança percentuais ainda mais expressivos no universo de trabalhadores contratados à margem da modalidade padrão e dos trabalhadores por conta própria. No ano de 2008, entre os trabalhadores por conta própria, o percentual de não contribuintes à Previdência Pública variava de 85,1% em Porto Alegre a 95,7% em Recife. Já

entre os contratados à margem da modalidade padrão, esses percentuais variavam de 87,0% em Belo Horizonte a 94,6% em Recife (Tabela 6).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado de trabalho da Construção Civil, nas regiões pesquisadas pela PED, é caracterizado pela presença de diversas formas de inserção ocupacional. As principais são: trabalhadores contratados na modalidade padrão, contratados à margem desta modalidade e os que exercem suas atividades profissionais de forma independente.

Entre 1998 e 2008, houve um processo, praticamente generalizado, de expansão da contratação na modalidade padrão, ao mesmo tempo em que a contratação à margem desta modalidade perdeu importância relativa. A única exceção ficou por conta de Porto Alegre. Já o trabalho por conta própria na Construção Civil apresentou, no mesmo intervalo de tempo, uma evolução bastante diferenciada entre as regiões pesquisadas pela PED.

Outra constatação importante, digna de nota, foi a diminuição dos rendimentos médios reais dos

TABELA 6**Proporção dos ocupados na Construção Civil, no trabalho principal, que não contribuem à previdência pública, segundo forma de inserção ocupacional - Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 1988 e 2008** (em %)

Formas de inserção	Belo Horizonte		Distrito Federal		Porto Alegre		Recife		Salvador		São Paulo	
	1998	2008	1998	2008	1998	2008	1998	2008	1998	2008	1998	2008
Total de Ocupados na Construção Civil	53,8	49,2	59,9	58,5	52,9	56,1	56,9	58,0	57,3	54,2	62,6	58,4
Contratados	25,3	14,5	32,1	23,9	24,0	30,5	39,0	37,4	33,2	19,7	41,7	37,3
À margem da modalidade padrão ⁽¹⁾	90,1	87,0	93,2	92,4	80,1	88,3	94,1	94,6	82,1	88,6	91,3	91,4
Na modalidade padrão ⁽²⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conta Própria ⁽³⁾	87,2	88,5	95,4	94,7	81,5	85,1	93,7	95,7	93,6	93,7	89,0	87,9

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Obs.: O setor da Construção Civil inclui o ramo de atividade reformas e reparações de edificações

Notas: (1) Inclui os empregados sem carteira assinada do setor privado, os empregados sem carteira assinada do setor público, os assalariados contratados em serviços terceirizados e os autônomos que trabalham para uma empresa

(2) Inclui os empregados com carteira assinada do setor privado, os empregados com carteira assinada do setor público, os estatutários do setor público

(3) Inclui os autônomos que trabalham para mais de uma empresa, os autônomos que trabalham para o público e os donos de negócio familiar

trabalhadores do setor entre 1998 e 2008. Desta vez, apenas Belo Horizonte assinalou um comportamento distinto. Além disso, em todas as regiões pesquisadas, os trabalhadores contratados na modalidade padrão possuem, em termos médios, rendimentos superiores aos verificados nas demais formas de inserção ocupacional.

Em termos de jornada de trabalho, observou-se uma pequena redução da jornada média semanal dos trabalhadores da Construção Civil, entre 1998 e 2008, nas regiões pesquisadas, com exceção de São Paulo, onde houve estabilidade. A jornada de trabalho não varia significativamente entre as formas de inserção ocupacional.

Entre 1998 e 2008, a rotatividade no setor da Construção Civil parece ter diminuído. Nesse sentido, em todas as regiões pesquisadas pela PED, o tempo médio de permanência dos ocupados aumentou no período em análise. Acrescente-se ainda que os trabalhadores contratados na modalidade padrão convivem com níveis de rotatividade superiores aos verificados entre os trabalhadores por conta própria.

Finalmente, as informações apresentadas indicaram que o setor da Construção Civil ainda é

marcado pelo baixo acesso dos seus trabalhadores à Previdência Pública, não obstante a pequena melhora verificada entre 1998 e 2008.

Não é improvável que o setor da Construção Civil siga crescendo nos próximos anos. De um lado, o montante de investimento público e privado aponta nessa direção. De outro, as modalidades de crédito e financiamento do setor devem apresentar forte expansão nos próximos anos em função da queda dos juros e da maior alocação de recursos públicos e privados (bancos, fundos de pensão, mercado de capitais). Complementarmente, o déficit habitacional e a necessidade de infraestrutura indicam que a demanda estará em forte expansão nos próximos anos.

Nesse cenário, é fundamental que as políticas públicas e as relações de trabalho acompanhem esse ciclo de expansão de modo a ampliar a proteção social e a elevar os rendimentos e a qualificação desse importante segmento da população ocupada. E, considerando o destacado papel do investimento e do financiamento público no setor, aumenta a responsabilidade dos governos em assegurar que seu desenvolvimento seja acompanhado da melhoria das condições e das relações de trabalho.

boletim **Trabalho e** **CONSTRUÇÃO**

Ano 1 - nº 2 - Setembro 2009

DIIESE DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

APESAR DO DESAQUECIMENTO DA ECONOMIA, GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL MANTÉM CRESCIMENTO

*O recrudescimento da crise econômico-financeira no centro do sistema capitalista no final do ano passado repercutiu negativamente sobre a economia brasileira em 2009, que atingiu os vários setores de atividade econômica. A Construção Civil passou por um momento inicial de relativo imobilismo frente às incertezas geradas pela crise, para reagir nos meses seguintes. Monitorar semestralmente o comportamento da ocupação, emprego, rendimentos e horas trabalhadas no segmento da Construção Civil em mercados metropolitanos é o propósito deste segundo número do **Boletim Trabalho e Construção**, cujo foco é justamente o primeiro semestre deste ano. Para tanto, pretende-se utilizar as informações apuradas regularmente pelo Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego (Sistema PED) nas Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e no Distrito Federal.*

REAGINDO AOS EFEITOS DA CRISE

A crise financeira internacional chegou ao Brasil no último trimestre de 2008, e teve reflexos ainda neste ano. Para citar alguns efeitos, no primeiro semestre de 2009, o país presenciou uma retração rápida do crédito e paralisia nos investimentos de alguns ramos econômicos, principalmente na Indústria. Em consequência, houve diminuição importante do ritmo de crescimento da economia e ligeira elevação das taxas de desemprego, especialmente nas regiões metropolitanas mais industrializadas.

Como forma de reagir às tendências recessivas desenhadas por este cenário, o Governo Federal adotou um conjunto de medidas. Destacam-se, entre elas, a manutenção dos investimentos pre-

vistos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e políticas de desoneração seletiva de tributos, em especial a redução do IPI para automóveis, eletrodomésticos e materiais de construção. O Governo procurou, também, fortalecer a massa de rendimentos, por meio de aumento real do salário mínimo, dos benefícios sociais e das transferências da Previdência Social. Entre as iniciativas de âmbito fiscal, destacou-se o lançamento do programa de habitação popular “Minha Casa, Minha Vida”.

Potencializadas pelas sucessivas quedas da taxa de juros básica, estas ações amenizaram os desdobramentos da crise sobre a sociedade brasileira e seguirão produzindo efeitos positivos para o crescimento econômico futuro.

Esta reação também foi registrada na Cons-

trução Civil, que retomou, em ritmo satisfatório, o crescimento para o setor. Os sinais positivos, que se verificaram praticamente em todo o país, particularmente nos últimos meses do primeiro semestre deste ano, apontam para a retomada das vendas, crescimento do número de lançamentos de empreendimentos imobiliários e a expansão das linhas de crédito, chegando a se manifestar também no mercado de trabalho.

DESEMPENHO NO 1º SEMESTRE DE 2009

No primeiro semestre de 2009, a ocupação na Construção Civil cresceu 2,1% nas regiões investigadas pelo Sistema PED. Ao incorporar 21 mil pessoas, o total de ocupados na construção – que inclui assalariados com e sem carteira de trabalho assinada, autônomos ou conta própria, e pessoas com outras formas de inserção no setor – passou a contabilizar 1.023 mil trabalhadores (Tabela 1).

Este resultado – para a comparação entre o primeiro semestre deste ano e o segundo de 2008 – derivou de elevações observadas na maioria dos mercados de trabalho regionais investigados, em

especial a ocorrida na área metropolitana de Recife (14,1%). No período analisado, a ocupação recuou apenas em Belo Horizonte (-4,0%) e em Porto Alegre (-3,1%).

Ao se restringir a análise ao universo de trabalhadores assalariados – com ou sem carteira assinada –, o desempenho foi predominantemente positivo nas regiões do Sistema PED, com acréscimos no número de empregados variando entre 16,7% (Recife) e 5,8% (Belo Horizonte). Exceções a este movimento foram registradas nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, onde ocorreu retração de 1,2% no assalariamento do setor, e de Porto Alegre, na qual houve diminuição de 10,9% dos empregados do setor (Gráfico 1).

Os rendimentos dos ocupados da Construção Civil apresentaram comportamento regionalmente diferenciado. Quando se compara o primeiro semestre de 2009 com o último semestre de 2008, observa-se que em Recife, os ganhos dos trabalhadores do setor cresceram 8,8%, também variando positivamente em Salvador (0,8%) e no Distrito Federal (0,5%). As remunerações ficaram praticamente estabilizadas em Belo Horizonte (0,1%), declinando acentuadamente em São Paulo (-8,5%) e, de modo mais moderado, em Porto Alegre (-1,7%) (Tabela 2).

TABELA 1
Estimativa de ocupados na construção civil
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2008 e 2009

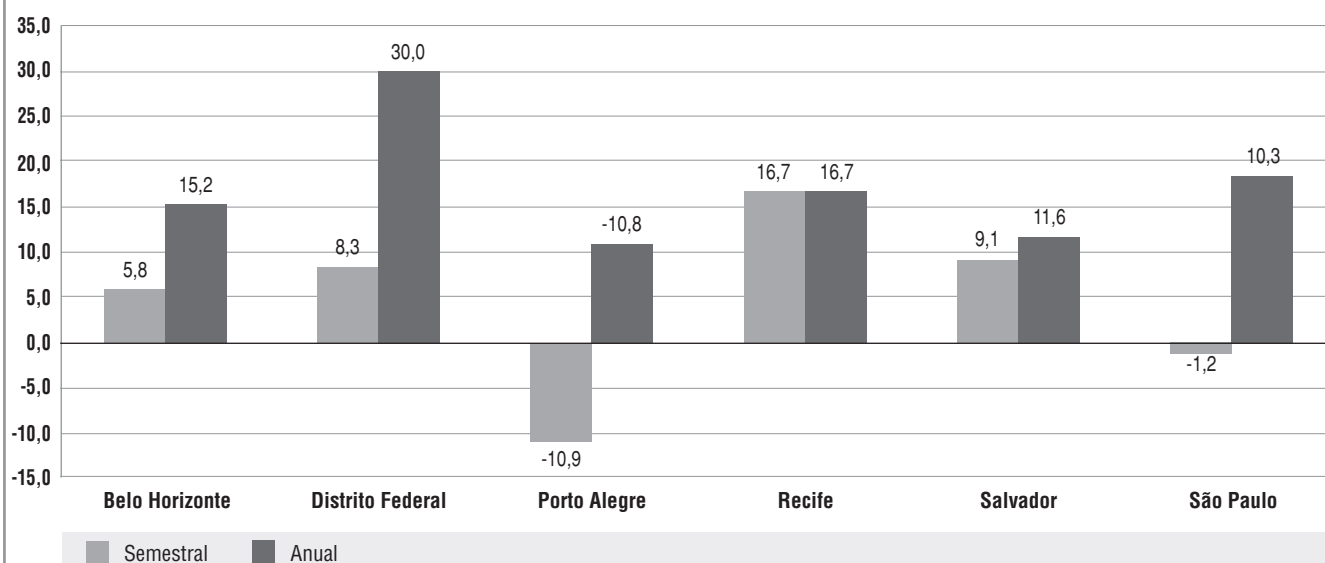
(em 1.000 pessoas)

Regiões	2008		2009	Variação			
	1º semestre	2º semestre	1º semestre	Absoluta		Relativa (em %)	
				1º sem. 2009/ 2º sem. 2008	1º sem. 2009/ 1º sem. 2008	1º sem. 2009/ 2º sem. 2008	1º sem. 2009/ 1º sem. 2008
TOTAL	919	1.002	1.023	21	104	2,1	11,3
Belo Horizonte	160	176	169	-7	9	-4,0	5,6
Distrito Federal	48	54	57	3	9	5,6	18,8
Porto Alegre	90	97	94	-3	4	-3,1	4,4
Recife	64	64	73	9	9	14,1	14,1
Salvador	83	88	93	5	10	5,7	12,0
São Paulo	474	523	537	14	63	2,7	13,3

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

GRÁFICO 1**Variação do número de assalariados na construção civil**
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2008 e 2009

(em %)



Fonte: DIEESE/Seade/MTE – FAT e parceiros regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED

TABELA 2**Rendimento médio real dos ocupados na construção civil**
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2008 e 2009

Regiões	2008 (em R\$)		2009 (em R\$)	Variação	
				Relativa (em %)	
	1º semestre	2º semestre	1º semestre	1º semestre 2009/ 2º semestre 2008	1º semestre 2009/ 1º semestre 2008
Belo Horizonte	706	844	845	0,1	19,6
Distrito Federal	832	861	865	0,5	4,0
Porto Alegre	942	955	939	-1,7	-0,3
Recife	496	468	509	8,8	2,6
Salvador	727	707	713	0,8	-1,9
São Paulo	1.130	1.106	1.012	-8,5	-10,4

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

DESEMPENHO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2009 EM RELAÇÃO A IGUAL PERÍODO EM 2008

Comparado ao primeiro semestre de 2008, o total de ocupados na Construção Civil aumentou expressivamente nos primeiros meses de 2009 (11,3%), em decorrência de expansão generalizada em todas as regiões. A recuperação foi mais moderada nas áreas metropolitanas de Porto Alegre

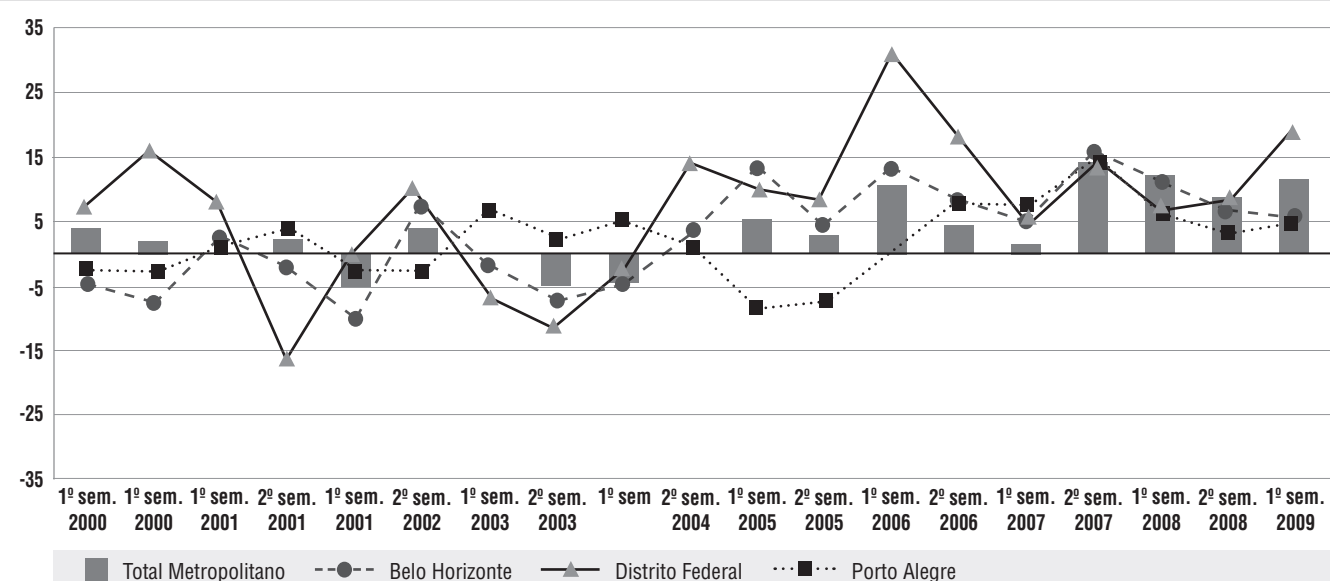
(4,4%) e Belo Horizonte (5,6%), tendo sido especialmente intensa no Distrito Federal (18,8%), Recife (14,1%), São Paulo (13,3%) e Salvador (12,0%).

Considerando um período mais longo – desde 2000 – e realizando a comparação entre semestres, as variações anuais da ocupação sugerem desaceleração apenas em Salvador. Dentre as regiões em que se intensifica a incorporação de trabalhadores ao setor, destacam-se Recife e Distrito Federal (Gráfico 2a e 2b).

GRÁFICO 2a

Variação anual do número de ocupados na Construção Civil
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2008 e 2009

(em %)

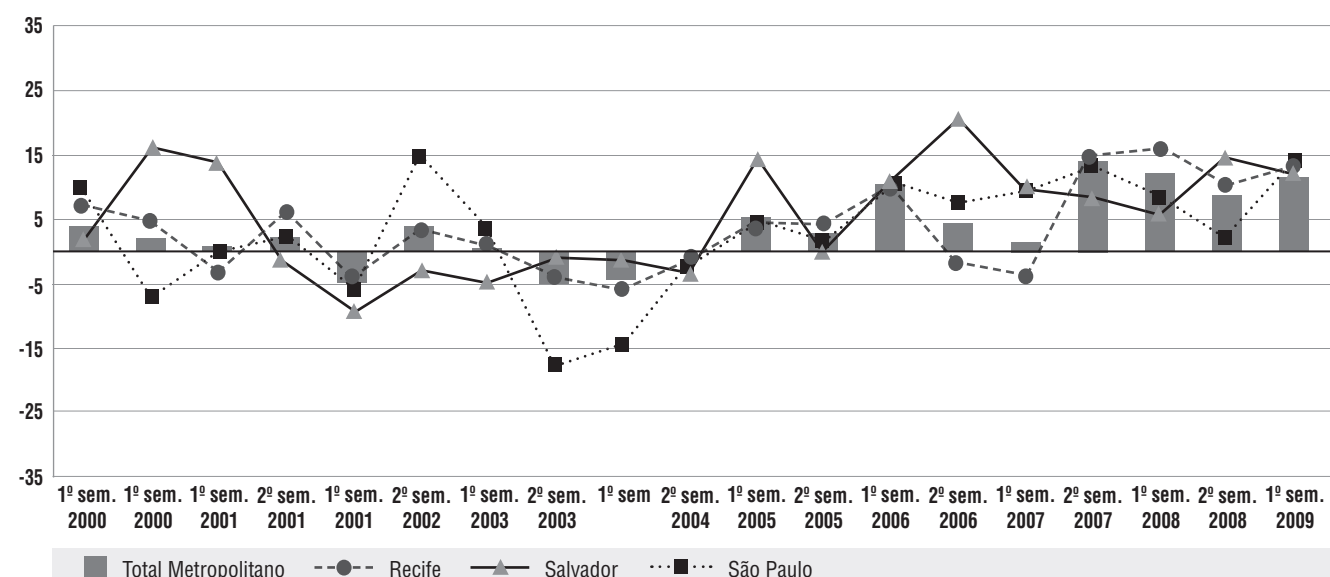


Fonte: DIEESE/Seade/MTE – FAT e parceiros regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
Elaboração: DIEESE

GRÁFICO 2b

Variação anual do número de ocupados na Construção Civil
Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador e São Paulo – 2008 e 2009

(em %)



Fonte: DIEESE/Seade/MTE – FAT e parceiros regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
Elaboração: DIEESE

Quando são comparadas as remunerações pagas na Construção Civil no 1º semestre de 2009 com aquelas de igual período do ano anterior, nota-se um comportamento heterogêneo entre as regiões. Os dados mostram desde acentuada retração nos rendimentos médios da construção na Região Metropolitana de São Paulo (-10,4%) até forte crescimento nos ganhos dos ocupados de Belo Horizonte (19,7%).

As jornadas de trabalho realizadas por ocupados e assalariados pouco variaram no último ano. No caso da Região Metropolitana de Recife, a jornada de ocupados, no primeiro semestre des-

te ano ficou, em média, em 46 horas, mesmo número apurado em igual período em 2008. Em relação ao segundo semestre, houve pequeno acréscimo. Já a jornada dos assalariados foi maior (48 horas) no primeiro semestre deste ano, tanto em relação aos seis primeiros meses do ano passado ((47 horas) quanto ao segundo (46 horas). Já recuos da extensão do trabalho foram observados apenas para o conjunto de ocupados do setor em São Paulo, que passaram a trabalhar 42 horas, e para os assalariados de Belo Horizonte, cuja jornada média ficou em 41 horas (Tabela 3).

TABELA 3
Horas semanais trabalhadas por ocupados e assalariados da Construção Civil
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2008 e 2009

(em horas semanais)

Regiões	Jornada Semanal					
	Ocupados			Assalariados		
	1º sem. 2008	2º sem. 2008	1º sem. 2009	1º sem. 2008	2º sem. 2008	1º sem. 2009
Belo Horizonte	41	42	41	42	43	41
Distrito Federal	44	44	44	44	43	44
Porto Alegre	42	43	42	43	45	43
Recife	46	45	46	47	46	48
Salvador	43	44	43	44	45	44
São Paulo	43	44	42	43	45	43

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

boletim Trabalho na SAÚDE

DIEESE

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Ano 1 – nº 1 – dezembro 2009

O TRABALHO NA SAÚDE – 1998-2008

Há apenas 20 anos a sociedade brasileira reconheceu a saúde como “direito de todos e dever do estado”, dando o primeiro passo para a construção do Sistema Único de Saúde (SUS)¹. Este movimento regido pelos princípios da universalização, equidade e controle social acabou por se constituir, em conjunto com a extensão da previdência aos trabalhadores rurais, em um dos pilares da inclusão no período democrático recente do país.

Todavia, a nova forma de atuação da esfera pública para a atenção à saúde encontrou uma organização privada de grande magnitude, estabelecida e operando livre de regulamentação, por pelo menos 40 anos, neste ramo de atividade². Disto resultou a conformação do sistema de saúde do país, uma estrutura na qual convivem um sistema público, orientado por pressões sociais sobre orçamentos de municípios, unidades federativas e união, e um mercado privado, ambos em expansão.

Analisar os efeitos deste processo no volume de ocupações geradas, na extensão das jornadas praticadas, e nos rendimentos dos trabalhadores em serviços de saúde no período compreendido entre 1998 e 2008 é o objetivo deste primeiro número de uma série do Boletim Trabalho na Saúde. Para tanto, a fonte de dados utilizada é a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada pelo convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e parceiros regionais no Distrito Federal e nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

¹ A Constituição de 1988 foi um marco na história da saúde pública brasileira, ao definir a saúde como “direito de todos e dever do Estado”. A implantação do SUS foi realizada de forma gradual: primeiro veio o SUDS; depois, a incorporação do INAMPS ao Ministério da Saúde (Decreto nº 99.060, de 7 de março de 1990); e por fim a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990) fundou o SUS. Em poucos meses foi lançada a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que imprimiu ao SUS uma de suas principais características: o controle social, ou seja, a participação dos usuários (população) na gestão do serviço.

² Em novembro de 1999, a aprovação da Medida Provisória 1.928/99, convertida na Lei 9.961/00, criou a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e unificou o modelo bipartite de regulação proposto inicialmente pela Lei 9.656/98. A regulação passou a ser responsabilidade definitiva do Ministério da Saúde

SAÚDE REGISTRA FORTE EXPANSÃO OCUPACIONAL EM DEZ ANOS

Nos últimos 10 anos, o número de ocupados em serviços de saúde cresceu

expressivamente (44,4%) no conjunto das regiões pesquisadas pelo Sistema PED. Com a incorporação de 244 mil trabalhadores, entre 1998 e 2008, o contingente deste ramo do setor serviços ampliou para 793 mil trabalhadores (Tabela 1).

TABELA 1
Estimativa dos ocupados em serviços de saúde
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1998 a 2008

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Estimativas (Em mil pessoas)			Variação Absoluta (Em mil Pessoas)			Variação Relativa (%)		
	1998	2003	2008	2003/ 1998	2008/ 2003	2008/19 98	2003/ 1998	2008/ 2003	2008/ 1998
Total	549	624	793	75	169	244	13,7	27,1	44,4
Belo Horizonte	70	95	123	25	28	53	35,7	29,5	75,7
Distrito Federal	33	41	55	8	14	22	24,2	34,1	66,7
Porto Alegre	61	66	92	5	26	31	8,2	39,4	50,8
Recife	50	52	64	2	12	14	4,0	23,1	28,0
Salvador	46	55	79	9	24	33	19,6	43,6	71,7
São Paulo	289	315	380	26	65	91	9,0	20,6	31,5

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Elaboração: DIEESE

Outros setores da economia também registraram expansão ocupacional no período, embora com intensidades mais modestas: no comércio, o crescimento foi de 28,0%; na indústria, de 27,4%; e na construção civil de 26,0%. O crescimento acentuado do setor serviços (40,0%), por sua vez, foi influenciado

pelo desempenho da ocupação na área da saúde (Gráfico 1 e Tabela 2).

Na maioria das áreas pesquisadas, a incorporação de trabalhadores no ramo da saúde excedeu à elevação média do conjunto dos serviços, exceção feita apenas à Região Metropolitana de São Paulo.

GRÁFICO 1
Variação do número de ocupados
nos principais setores econômicos
Total Metropolitano – 2008/1998
(em %)

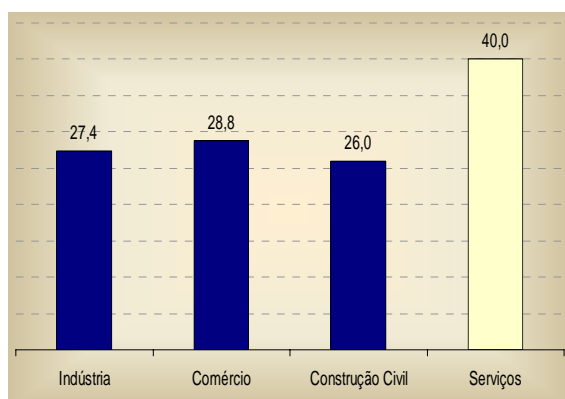


Tabela 2
Variação do número de ocupados no
setor serviços, segundo ramos de
atividade selecionados
Regiões Metropolitanas e Distrito
Federal - 2008/1998
(Em %)

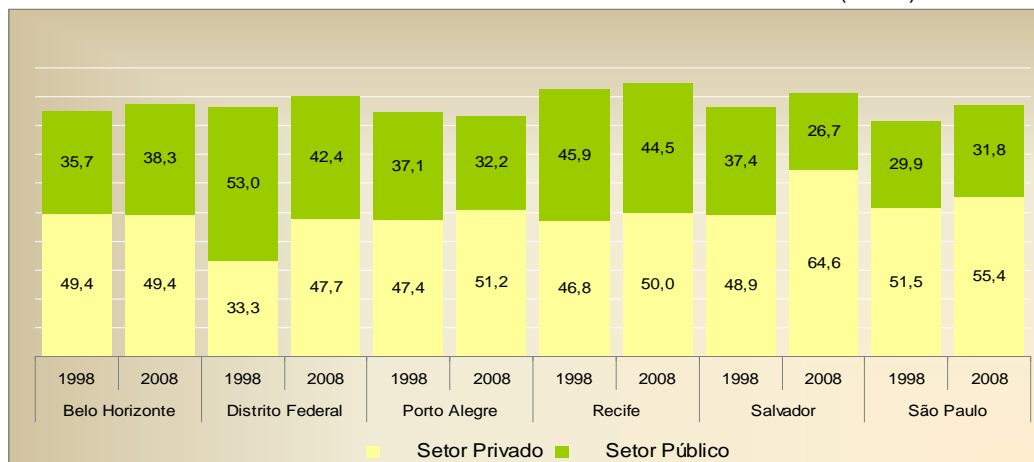
Ramos do setor serviços	Regiões Metropolitanas e Distrito Federal					
	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
Serviços	61,4	54,6	43,2	28,6	47,2	33,2
Saúde	75,7	66,7	50,8	28,0	71,7	31,5
Educação	63,5	38,9	46,2	23,9	32,5	18,0
Pessoais	125,9	146,2	76,2	83,3	175,0	94,3
Adm Pública	87,7	31,4	34,2	19,0	47,5	19,4
Outros Serviços	52,4	65,0	41,7	29,1	41,7	33,6

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Elaboração: DIEESE.

O desempenho positivo da saúde assumiu diferentes magnitudes nas regiões e sub-períodos pesquisados. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, na qual o número de ocupados na saúde cresceu 75,7% nos últimos dez anos, esse incremento foi mais intenso entre 1998-2003 (35,7%) do que o observado entre 2003-2008 (29,5%). Nas demais, o comportamento ascendente da ocupação se concentrou no último período analisado, acompanhando a tendência geral de recuperação do mercado de trabalho urbano. Em Salvador – que registrou a segunda maior expansão - o crescimento ocupacional foi de 71,7%, com a incorporação de 33 mil trabalhadores ao segmento. Nas regiões metropolitanas de São Paulo e Recife as variações foram menos acentuadas, e resultaram no aumento do contingente de trabalhadores da saúde em 91 mil e 4 mil pessoas, respectivamente.

Entre as diversas formas de inserção no mercado de trabalho, os postos gerados pela saúde são majoritariamente assalariados, forma de inserção que absorve mais do que 80,0% dos trabalhadores do ramo. Esta predominância do emprego assalariado, em larga medida, é explicada pela associação entre o montante de recursos envolvidos e a complexidade das ações de atenção à saúde. O segmento reúne grandes organizações intensivas em mão de obra que atuam frequentemente articuladas com pequenos empreendimentos e profissionais que se auto-ocupam (médicos, psicólogos, nutricionistas etc.) em consultórios ou clínicas. Estes aspectos também se manifestam na intensa formalização das relações de trabalho, seja porque no setor privado sobressaem os vínculos de trabalho registrados em carteira, seja por ser forte a presença do setor público no segmento (Gráfico 2).

GRÁFICO 2
Proporção de assalariados em serviços de saúde, no setor público e privado.
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1998 e 2008
(Em %)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Por região metropolitana, a do Recife se destaca ao apresentar o maior número de trabalhadores assalariados na área da saúde na rede pública (44,5%). Inversamente, Salvador (26,7%) e São Paulo (31,8%) são as regiões que registram menor proporção de ocupados na esfera pública. No segmento privado, o assalariamento sem carteira assinada apenas apresentou relevância nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, onde este contingente, em 2008, ficou respectivamente em 43 mil, 8 mil e 6 mil (Tabela 3).

Em todas as regiões, ocorreu ampliação da abrangência ocupacional do setor privado na contratação do trabalho na saúde. Esta tendência foi mais expressiva em Salvador, cuja participação aumentou de 48,9% para 64,6%, e

no Distrito Federal que passou de 33,3% para 47,7%.

É importante destacar a presença do segmento outros, que agrega profissionais que se auto-ocupam na saúde, quer exercendo profissões de modo liberal - como médicos, fisioterapeutas, psicólogos etc, em seus consultórios – quer como autônomos. Em 2008, em Belo Horizonte e Porto Alegre, eles contabilizavam 15 mil ocupados em cada região, e em São Paulo eram estimados em 49 mil trabalhadores. Ao longo do período analisado verifica-se que tanto em Belo Horizonte quanto em Porto Alegre houve aumento deste número, inversamente, em São Paulo, ocorreu retração (-9 mil).

TABELA 3
Estimativa do número de ocupados em serviços de saúde, segundo forma de inserção.
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1998 e 2008

Formas de Inserção	Em mil pessoas											
	Belo Horizonte		Distrito Federal		Porto Alegre		Recife		Salvador		São Paulo	
	1998	2008	1998	2008	1998	2008	1998	2008	1998	2008	1998	2008
Total	70	123	33	55	61	92	50	64	46	79	289	380
Assalariados (1)	60	108	29	50	52	77	46	61	40	72	235	331
Setor Privado	35	61	11	26	29	47	23	32	22	51	149	211
Com Carteira Assinada	31	53	9	22	26	41	21	30	20	44	121	168
Sem Carteira Assinada	(4)	8	(4)	(4)	(4)	6	(4)	(4)	(4)	(4)	27	43
Setor Público	25	47	17	23	23	30	23	28	17	21	86	121
Estatutários	14	28	15	19	7	10	15	18	13	14	41	59
Não estatutários	11	19	(4)	(4)	16	20	8	11	(4)	(4)	45	62
Outros	10	15	4	5	9	15	4	(4)	6	(4)	54	49
Profissionais Universitários Au	7	10	(4)	(4)	7	11	(4)	(4)	(4)	(4)	33	30
Autônomos/Conta-Própria e D	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	21	(4)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

Notas: (1) Incluem aqueles que não sabem a que setor - privado ou público - pertence a empresa em que trabalham.

(2) Profissionais de nível superior completo com consultório próprio ou que prestam serviços para várias empresas/instituições.

(3) Incluem trabalhadores autônomos contratados por uma ou mais empresas e os que atuam junto ao público - exceto profissionais universitários autônomos -, empregadores, trabalhadores familiares sem remuneração salarial e outras ocupações.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

RENDIMENTOS CAEM E JORNADAS DE TRABALHO CRESCEM

O crescimento observado no contingente ocupado na saúde não se refletiu na valorização desses trabalhadores, que, ao contrário, viram suas remunerações reduzirem-se na última década. Na comparação dos rendimentos médios reais pagos por hora aos ocupados do ramo em 2008, com aqueles auferidos em 1998, isto fica evidenciado na acentuada redução observada em praticamente todas as regiões pesquisadas, com destaque para os decréscimos ocorridos na Região Metropolitana de São Paulo (-32,9%), de Recife (-25,0%) e de Salvador (-21,3%). Em oposição, a Região Metropolitana de Belo Horizonte foi a única a registrar variação positiva do rendimento real dos ocupados na saúde (1,2%).

Essa retração acentuou a disparidade regional entre os patamares das remunerações pagas por hora na saúde nas metrópoles pesquisadas pelo Sistema PED, que ficaram entre R\$ 14,14, no Distrito Federal, e R\$ 6,03, em Recife, no último ano analisado (Tabela 4).

Na maioria das regiões, a queda dos rendimentos na saúde reflete a retração dos salários em estabelecimentos privados que registraram reduções entre 32,0%, em São Paulo, e 4,5%, em Recife. Na esfera pública da saúde, houve queda do rendimento hora apenas em duas regiões: em Recife (-23,3%), recuo bem mais intenso do que o observado para os assalariados da esfera privada, e em Belo Horizonte (-3,4%), onde ocorreu elevação de 10,2% no salário-hora dos trabalhadores em estabelecimentos de saúde privada.

TABELA 4
Rendimento médio por hora do trabalho principal dos ocupados no ramo Serviços de Saúde,
segundo posição na ocupação.
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal -1998 e 2008

Em R\$ de junho de 2009

Posição na Ocupação	Regiões Metropolitanas e Distrito Federal								
	Belo Horizonte			Distrito Federal			Porto Alegre		
	1998	2008	Variação relativa (%)	1998	2008	Variação relativa (%)	1998	2008	Variação relativa (%)
Total de Ocupados na Saúde	8,9	9,0	1,2	15,9	14,1	-11,3	10,7	9,7	-9,6
Assalariados no setor privado	5,6	6,2	10,6	6,9	6,4	-6,9	7,6	6,7	-12,2
Assalariados no setor público	9,6	9,2	-3,4	18,6	20,9	12,5	10,8	11,9	9,3
Posição na Ocupação	Regiões Metropolitanas e Distrito Federal								
	Recife			Salvador			São Paulo		
	1998	2008	Variação relativa (%)	1998	2008	Variação relativa (%)	1998	2008	Variação relativa (%)
Total de Ocupados na Saúde	8,0	6,0	-25,0	10,0	7,9	-21,3	13,7	9,2	-32,9
Assalariados no setor privado	4,3	4,1	-4,5	7,5	6,3	-17,1	10,4	7,0	-32,0
Assalariados no setor público	9,7	7,4	-23,3	9,2	(4)	(4)	10,2	10,3	0,4

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

Obs.: a) Inflator utilizado: IPCA/BH/Ipead; INPC-DF/IBGE; IPC-Iepe/RS; INPC-RMR/IBGE/PE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP

b) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício.

Estas trajetórias provocaram alterações significativas na relação entre os salários dos empregados na saúde pública e na saúde privada. Essas mudanças foram drásticas em São Paulo, onde os assalariados da esfera privada mantinham ganhos ligeiramente superiores aos da rede pública no início do período analisado, passando esta proporção a corresponder a 68,6%, em 2008. Também houve ampliação desses diferenciais em Porto Alegre, onde os rendimentos dos empregados na saúde privada passaram a equivaler a pouco mais da metade dos auferidos no segmento público (56,2%). No Distrito Federal esta diferença se acentuou ao ponto de os empregados da esfera privada receberem menos de um terço dos salários reais pagos pela esfera pública (30,5%) no ano passado. Tal dispersão diminuiu apenas em Belo Horizonte e em

Recife, contudo, baseadas na redução dos salários praticados na rede pública (Gráfico 3).

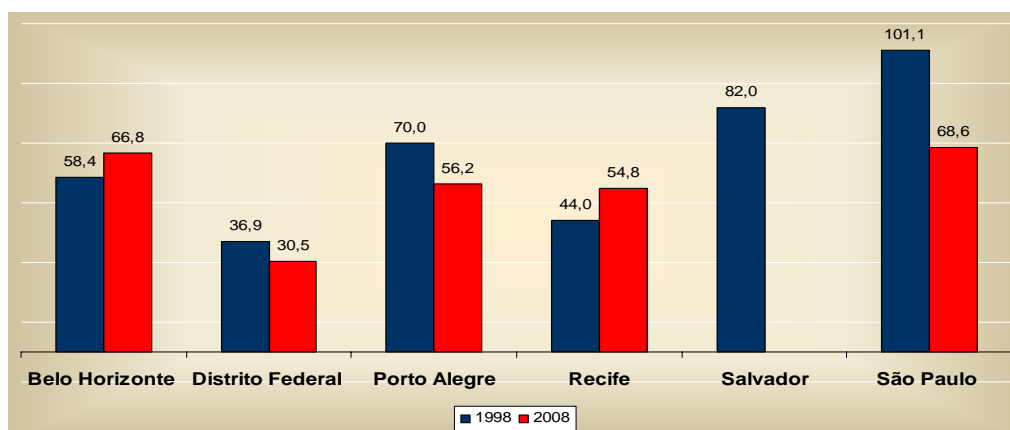
Os salários médios reais mais elevados da rede pública da saúde e suas jornadas, recorrentemente menores, determinam esta desigualdade, que por certo oculta os diferenciais de remuneração entre os empregados de cada uma das esferas pública e privada do ramo. Para cada grupo desses assalariados, a dispersão de rendimentos reflete estratégias de composição da força de trabalho. Existem diferenças entre o número de trabalhadores envolvidos nas atividades de apoio e típicas de saúde por estabelecimento e nos estímulos e possibilidades de construção de carreiras, além da focalização em ações de atendimento de média e alta complexidade e/ou de atenção básica a usuários em postos, consultórios ou clínicas. No caso da esfera pública, esses diferenciais também resultam do

envolvimento de municípios, estados e união na contratação do pessoal empregado na saúde, ressaltando-se que é justamente nas áreas

metropolitanas das capitais brasileiras onde a presença do poder federal é mais intensa.

GRÁFICO 3
Índice do rendimento médio por hora ⁽¹⁾ do trabalho principal dos assalariados no setor privado dos Serviços de Saúde. Regiões Metropolitanas e Distrito Federal -1998 e 2008.

Base 100= rendimento hora dos assalariados do setor público



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

Nota: Rendimentos em reais de junho de 2009

Obs.: a) Inflator utilizado: IPCA/BH/Ipead; INPC-DF/IBGE; IPC-Iepe/RS; INPC-RMR/IBGE/PE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP.

b) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício.

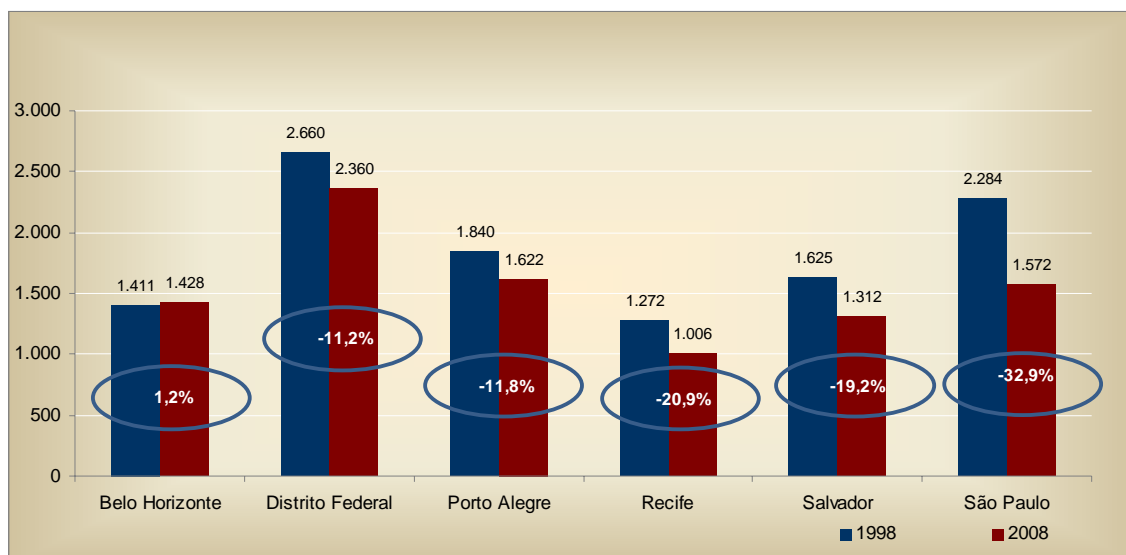
Mesmo apontando para uma agenda de estudos que permita uma compreensão mais aprofundada sobre o tema, a evolução de salários médios e jornadas deixam claro uma tendência de maior dispersão de renda no ramo, o que diferenciou ainda mais o cotidiano dos trabalhadores do sistema público e do mercado privado de saúde. Ainda, a proximidade entre as retrações, observadas nos salários por hora e

nos valores auferidos mensalmente, sugere que as dificuldades para recomposição das perdas do poder aquisitivo contribuíram decisivamente para ampliar a precarização das condições de trabalho na área da saúde, principalmente no ramo privado. Coube às variações observadas nas jornadas, potencializar esta tendência (Gráfico 4).

GRÁFICO 4

**Rendimento médio mensal do trabalho principal dos ocupados em serviços de saúde.
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal -1998 e 2008.**

(Em reais de junho de 2009)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

Obs.: a) Inflator utilizado: IPCA/BH/IPEAD; INPC-DF/IBGE; IPC-Iepe/RS; INPC-RMR/IBGE/PE; IPC-SE/BA; ICV-DIEESE/SP

b) Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício.

HORAS TRABALHADAS

O exame das horas médias trabalhadas no ramo aponta que, contrariando o que vem ocorrendo em vários outros segmentos de atividade, houve ampliação das jornadas de trabalho nos últimos dez anos na área da saúde. Este quadro resultou de movimentos diferenciados por região metropolitana e forma de inserção dos trabalhadores (Gráfico 5).

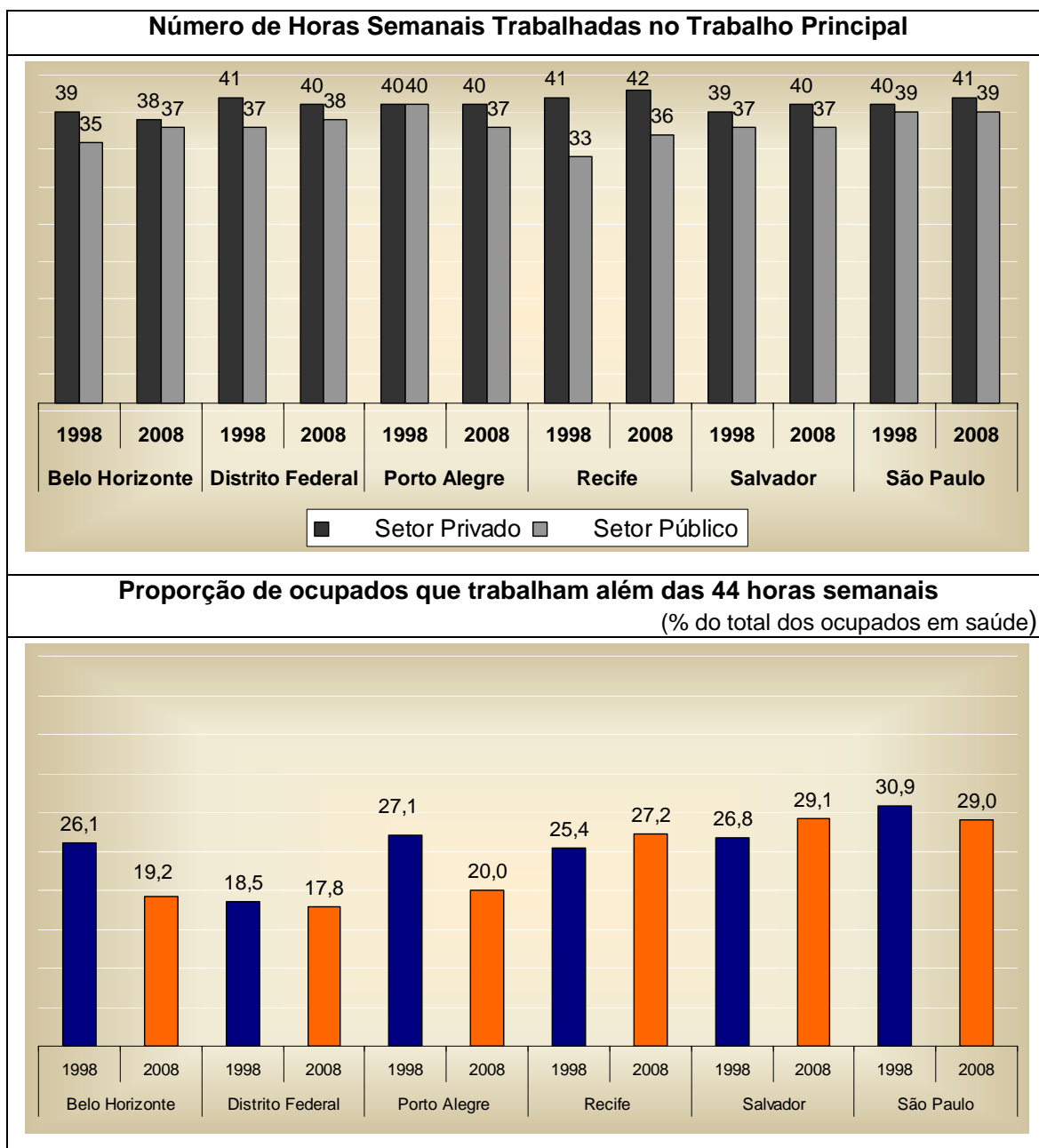
Houve elevação de uma hora na jornada mensal dos empregados dos estabelecimentos

privados da saúde em Recife, Salvador e São Paulo, enquanto na dos assalariados da rede pública em Recife, Belo Horizonte e Distrito Federal foram acrescidas, respectivamente, três, duas e uma horas. As reduções na extensão do tempo de trabalho ficaram limitadas aos empregados da esfera pública na Região Metropolitana de Porto Alegre (-3 horas) e do setor privado em Belo Horizonte e Distrito Federal (- 1 hora).

GRÁFICO 5

Horas semanais trabalhadas, no trabalho principal, pelos ocupados em serviços de saúde e proporção de ocupados que trabalham mais do que 44 horas.

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal -1998 e 2008



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Elaboração: DIEESE.

No momento em que se debate a redução da jornada de trabalho no país, informações suplementares sobre o uso do tempo contribuem para demonstrar a sobrecarga que habitualmente recai sobre os ocupados na saúde, que muitas vezes buscam por meio da extensão do trabalho compensar a perda do poder aquisitivo do salário.

Isto é notável no elevado número de trabalhadores da área de saúde que trabalham além do limite legal das 44 horas semanais. Na maioria das regiões, este indicador, em termos percentuais, ficou situado acima dos 20,0%, destacando-se as áreas metropolitanas de São Paulo e de Salvador, nas quais esta proporção alcançou 29,0% dos ocupados no setor em 2008. Na sequência, a região metropolitana de

Recife é a que mais concentra trabalhadores no ramo da saúde com jornadas que excedem às 44 horas semanais (27,2%).

Os vínculos adicionais são outra modalidade de extensão do tempo trabalhado que se tornou usual no âmbito da saúde, na qual, muitas vezes, a uma jornada de 40 horas em um estabelecimento público ou privado, é agregado um segundo compromisso laboral com o objetivo de complementar rendimentos. Acompanhando a ampliação dos serviços de saúde, à exceção da Região Metropolitana de São Paulo, houve aumento no número desses ocupados em todas as demais regiões, destacando-se a elevação ocorrida em Belo Horizonte (Tabela 5)

TABELA 5
Estimativa do número dos ocupados, com trabalho principal, em serviços de saúde
que mantém trabalho adicional
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal -1998 e 2008

Distrito Federal e Regiões Metropolitanas	Estimativa dos Ocupados com Trabalho Adicional (Em mil pessoas)		Variação Relativa 2008/1998 (%)
	1998	2008	
Belo Horizonte	11	17	54,5
Distrito Federal	4	6	50,0
Porto Alegre	7	10	42,9
Recife	9	11	22,2
Salvador	9	13	44,4
São Paulo	51	48	-5,9

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Elaboração: DIEESE.

DESTAQUES FINAIS

Neste primeiro *Boletim Trabalho na Saúde*, que analisou informações coletadas entre 1998 e 2008 em domicílios das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e no Distrito Federal, identificou-se que

acompanhando a consolidação do Sistema de Saúde do país, o contingente de trabalhadores na atividade cresceu. Esta expansão, porém, ocorreu desacompanhada da valorização dos trabalhadores que tiveram sua remuneração, em geral, diminuída, o que provocou a extensão do tempo trabalhado para parcela considerável dos ocupados do segmento. Além disso, houve

aprofundamento das desigualdades entre os ocupados do ramo da saúde, especialmente ampliando as diferenças entre os assalariados das esferas públicas e privada.

Neste contexto, merecem destaque os seguintes pontos:

- A ocupação no ramo da saúde cresceu expressivamente (44,4%) no conjunto das regiões pesquisadas pelo Sistema PED na última década, destacando-se as variações do contingente de ocupados neste ramos de atividade nas Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e de Salvador, em 75,7% e 71,7%, respectivamente;
- No período analisado, entre os ocupados no segmento da saúde predominou o assalariamento formalizado, puxado fortemente tanto pela presença do poder público como de organizações privadas que absorvem força de trabalho majoritariamente com contratos de emprego registrados em carteira de trabalho;
- O rendimento auferido por hora pelos assalariados do ramo da saúde decresceu em praticamente todas as regiões investigadas, exceção feita apenas à de Belo Horizonte, na qual foi registrada elevação de 1,2%. Nas demais regiões que experimentaram retração na remuneração desses empregados, destacou-se a queda ocorrida em São Paulo (-32,9%).
- A redução do valor real dos salários refletiu-se não só no aumento das jornadas médias semanais do ramo, como também no número de trabalhadores que possuem um trabalho adicional.

Instituições Participantes

Metodologia: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE **Apoio:** Ministério do Trabalho e Emprego – MTE/ Fundo do Amparo ao Trabalhador – FAT

Regiões Metropolitanas

Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais – Sedese – Sine/MG; Fundação João Pinheiro – FJP. **Distrito Federal:** Secretaria de Estado do Trabalho do Distrito Federal; DIEESE. **Porto Alegre:** Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul; Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul; Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social – FGTAS/Sine-RS; Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE; Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Recife:** Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania do Estado de Pernambuco/Agência do Trabalho; Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Município do Recife; DIEESE. **Salvador:** Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia – Setre; Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia – Seplan; Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI; Universidade Federal da Bahia – UFBA; DIEESE. **São Paulo:** Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo – SEP; Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo – Sert; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade; DIEESE.